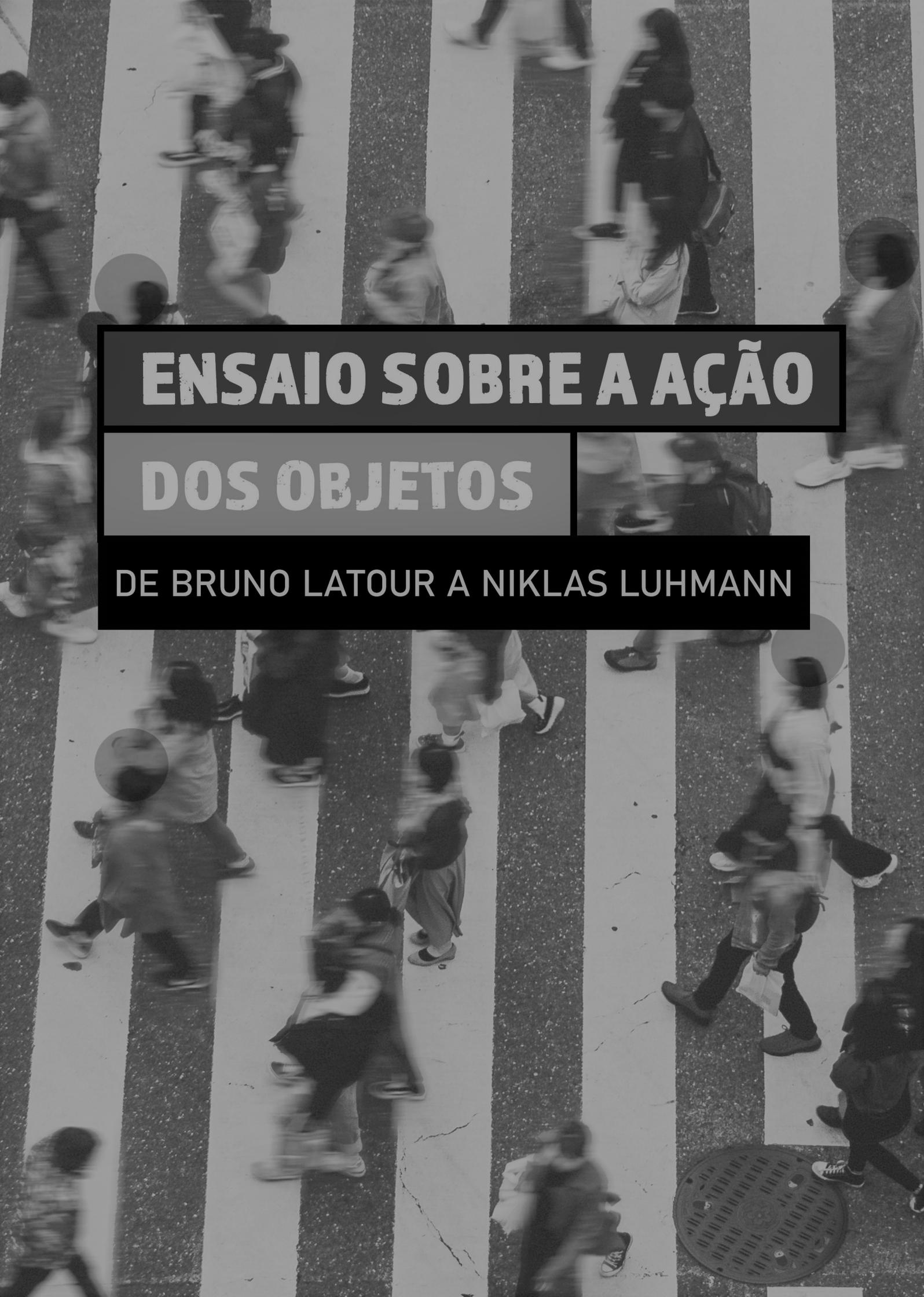


ENSAIO SOBRE A AÇÃO

DOS OBJETOS

DE BRUNO LATOUR A NIKLAS LUHMANN

DANIEL ABATH



ENSAIO SOBRE A AÇÃO

DOS OBJETOS

DE BRUNO LATOUR A NIKLAS LUHMANN

Daniel Abath

**ENSAIO SOBRE A AÇÃO DOS OBJETOS:
DE BRUNO LATOUR A NIKLAS LUHMANN**

Edição 1

Belém-PA



2021

© 2021 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2021 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
R. dos Mundurucus, 3100, 66040-033, Belém-PA

Diagramação

Danilo Wothon Pereira da Silva

Design da capa

Priscila Rosy Borges de Souza

Imagens da capa

www.canva.com

Revisão de texto

Autor

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Gerente editorial

Nazareno Da Luz

<https://doi.org/10.46898/rfb.9786558892083>

Catlogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

A119

Abath, Daniel

Ensaio sobre a ação dos objetos: de Bruno Latour a Niklas Luhmann / Daniel Abath
– Belém: RFB, 2021.

Livro em PDF

68 p.

ISBN: 978-65-5889-208-3

DOI: 10.46898/rfb.9786558892083

1. Epistemologia. I. Abath, Daniel. II. Título.

CDD 120

Índice para catálogo sistemático

I. Epistemologia



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es).

Obra sob o selo *Creative Commons*-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA (Editor-Chefe)

Prof.^a Dr.^a. Roberta Modesto Braga-UFPA

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof.^a Dr.^a. Ana Angelica Mathias Macedo-IFMA

Prof. Me. Francisco Robson Alves da Silva-IFPA

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Gomes Souza-UFPA

Prof.^a Dr.^a. Neuma Teixeira dos Santos-UFRA

Prof.^a Ma. Antônia Edna Silva dos Santos-UEPA

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho-UFSJ

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares-UFPI

Prof.^a Dr.^a. Welma Emidio da Silva-FIS

Comissão Científica

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Me. Darlan Tavares dos Santos-UFRJ

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Me. Francisco Pessoa de Paiva Júnior-IFMA

Prof.^a Dr.^a. Ana Angelica Mathias Macedo-IFMA

Prof. Me. Antonio Santana Sobrinho-IFCE

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Gomes Souza-UFPA

Prof. Me. Raphael Almeida Silva Soares-UNIVERSO-SG

Prof.^a. Dr.^a. Andréa Krystina Vinente Guimarães-UFOPA

Prof.^a. Ma. Luisa Helena Silva de Sousa-IFPA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof. Me. Francisco Robson Alves da Silva-IFPA

Prof. Dr. Marcos Rogério Martins Costa-UnB

Prof. Me. Márcio Silveira Nascimento-IFAM

Prof.^a Dr.^a. Roberta Modesto Braga-UFPA

Prof. Me. Fernando Vieira da Cruz-Unicamp

Prof.^a Dr.^a. Neuma Teixeira dos Santos-UFRA

Prof. Me. Angel Pena Galvão-IFPA

Prof.^a. Dr.^a. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof.^a Ma. Antônia Edna Silva dos Santos-UEPA

Prof.^a. Dr.^a. Viviane Dal-Souto Frescura-UFSM

Prof. Dr. José Morais Souto Filho-FIS

Prof.^a. Ma. Luzia Almeida Couto-IFMT

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof.^a. Ma. Ana Isabela Mafra-Univali

Prof. Me. Otávio Augusto de Moraes-UEMA

Prof. Dr. Antonio dos Santos Silva-UFPA
Prof^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG
Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM
Prof^a. Dr^a. Tiffany Prokopp Hautrive-Unopar
Prof^a. Ma. Rayssa Feitoza Felix dos Santos-UFPE
Prof. Dr. Alfredo Cesar Antunes-UEPG
Prof. Dr. Vagne de Melo Oliveira-UFPE
Prof^a. Dr^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro
Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEEMA
Prof^a. Dr^a. Érima Maria de Amorim-UFPE
Prof. Me. Bruno Abilio da Silva Machado-FET
Prof^a. Dr^a. Laise de Holanda Cavalcanti Andrade-UFPE
Prof. Me. Saimon Lima de Britto-UFT
Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho-UFSJ
Prof^a. Ma. Patrícia Pato dos Santos-UEMS
Prof^a. Dr^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE
Prof. Me. Alisson Junior dos Santos-UEMG
Prof. Dr. Fábio Lustosa Souza-IFMA
Prof. Me. Pedro Augusto Paula do Carmo-UNIP
Prof^a. Dr^a. Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz-IFSP
Prof. Me. Alison Batista Vieira Silva Gouveia-UFG
Prof^a. Dr^a. Silvana Gonçalves Brito de Arruda-UFPE
Prof^a. Dr^a. Nairane da Silva Rosa-Leão-UFRPE
Prof^a. Ma. Adriana Barni Truccolo-UERGS
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares-UFPI
Prof. Me. Fernando Francisco Pereira-UEM
Prof^a. Dr^a. Cátia Rezende-UNIFEV
Prof^a. Dr^a. Katiane Pereira da Silva-UFRA
Prof. Dr. Antonio Thiago Madeira Beirão-UFRA
Prof^a. Ma. Dayse Centurion da Silva-UEMS
Prof^a. Dr^a. Welma Emidio da Silva-FIS
Prof^a. Ma. Elisângela Garcia Santos Rodrigues-UFPB
Prof^a. Dr^a. Thalita Thyrsa de Almeida Santa Rosa-Unimontes
Prof^a. Dr^a. Luci Mendes de Melo Bonini-FATEC Mogi das Cruzes
Prof^a. Ma. Francisca Elidivânia de Farias Camboim-UNIFIP
Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ
Prof^a. Ma. Catiane Raquel Sousa Fernandes-UFPI
Prof^a. Dr^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar
Prof^a. Ma. Marta Sofia Inácio Catarino-IPBeja
Prof. Me. Ciro Carlos Antunes-Unimontes

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora



Dedico à minha família: Benjamin e Keitiany.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A TEORIA DO ATOR-REDE	15
3 CONTROVÉRSIAS	29
4 A TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS.....	39
4.1 Obstáculos epistemológicos.....	41
4.2 Sistema, entorno e sentido.....	42
4.3 Autopoiese.....	44
4.4 Clausura operativa e acoplamentos estruturais.....	44
4.5 Complexidade e observações de segunda ordem.....	45
4.6 Comunicação	46
4.7 Meios de comunicação e objetos de entretenimento	49
5 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS	59
REFERÊNCIAS.....	62
ÍNDICE REMISSIVO.....	65
SOBRE O AUTOR	66



APRESENTAÇÃO

A presente obra visa relacionar, discutir e apresentar de forma sintética as teorias sociológicas do Ator-rede de Bruno Latour e dos sistemas de Niklas Luhmann, preocupada, fundamentalmente, com o debate acerca das ações dos objetos técnicos.

Os autores discutidos, aparentemente distintos e distantes em suas perspectivas teóricas, assumem aqui um lugar de aproximação epistêmica no intuito de evidenciarmos a compreensão sociológica acerca dos principais pressupostos que regem e determinam o raio de atuação daqueles objetos. Este trabalho, de cunho teórico, consiste em um excerto de minha tese de doutorado em Sociologia, um capítulo que achou por bem enfrentar o debate da participação dos objetos técnicos enquanto atores legítimos dentro do tecido social.

Além disso, este livro se propõe a destacar, e até mesmo tornar mais palatável (espera-se), a teoria do alemão Luhmann. Caracterizada por uma relativa complexidade conceitual, a contribuição luhmanniana, largamente utilizada na área de Direito, mas pouco valorizada pela área de Comunicação (à qual o alemão tanto se empenhou em seu trabalho) e até mesmo pela Sociologia, mostra-se, à medida em que o leitor se compromete a engajar-se em seus pressupostos, como um horizonte teórico bem construído, a exemplo do que ocorre com outras empreitadas de teorias gerais, como a bourdieusiana.

Este *Ensaio sobre a ação dos objetos* é guiado pela ótica do construtivismo sociológico, aproximando o entendimento social dos objetos comunicacionais. Vez ou outra, o leitor irá se deparar com menções sobre jogos eletrônicos, objeto de estudo desse autor ao longo de sua vida acadêmica. Um próximo volume em torno a essa discussão deve apresentar resultados empíricos do que ora trabalhamos em forma teórica.

Desejo a tod@s, uma boa leitura.

O autor.





CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Desde a sua instituição, a área de Sociologia incorporou a suas diretrizes metodológicas uma suposta cláusula pétrea de se voltarem, pesquisas e pesquisadores, impreterivelmente para os fatos ditos sociais. Com uma tal determinação, Émile Durkheim, herdeiro da tradição positivista, sagrava-se vencedor do grande jogo de delimitação do campo, propondo hipótese, método e aplicação de perspectiva teórica (DURKHEIM, 1989; 2007; 1999) reconhecidos por seus pares como legítimos à fundação da área, relegando-se outros importantes estudos da época e suas respectivas contribuições para a formação da disciplina, a exemplo da obra de Gabriel Tarde, a um quase desconhecimento por parte dos pesquisadores, até mesmo aqueles das ciências sociais.

Para o sociólogo francês Bruno Latour (2012), os fatos acima mencionados — a própria constituição da Sociologia — seriam passíveis de explicação sociológica, dada a dimensão social do envolvimento de inúmeros atores e agências por entre as várias associações que culminariam com a delimitação ontológica da ciência social. Sua Teoria do Ator-Rede (TAR) é providencial a esse respeito, despontando como formulação teórica capaz de enfrentar a incerteza e a complexidade das relações sociais advindas de atores diversos daqueles com os quais a Sociologia está acostumada, a exemplo dos objetos técnicos. De acordo com o autor (LATOUR, 2012, p. 67-68),

[...] a sociologia esteve envolvida desde o início em uma engenharia social. Já no começo houve uma espécie de confusão de atribuições. Decidindo que seu trabalho era definir aquilo de que é feito o mundo social, os sociólogos, em meados do século 19, assumiram as atribuições dos políticos. Se a política é definida [...] como a composição progressiva da vida coletiva, alguns sociólogos, fartos do período revolucionário, encontraram uma maneira de abreviar o lento e doloroso processo de composição, resolvendo determinar por conta própria quais eram as unidades relevantes da sociedade. [...] Atores humanos se viram reduzidos a meros informantes que apenas respondiam às perguntas do sociólogo entronizado como juiz, produzindo assim, supostamente, uma disciplina tão científica quanto a química ou a física. [...] Os antropólogos, ocupando-se de pré-modernos e não tão pressionados a imitar as ciências naturais, foram mais felizes e permitiram que seus atores criassem um mundo bem mais rico. De várias maneiras, a ANT é simplesmente uma tentativa de dar tanto espaço aos membros da sociedade contemporânea para definirem a si próprios quanto o oferecido pelos etnógrafos.

Latour (1992) já pensava no devir de sua reformulação quando afirmava que depois de anos de progresso, os estudos sociais da ciência estavam imobilizados, engessados, o que, inclusive, não era exclusividade do ramo sociológico, mas de áreas diversas tais como teoria literária, biologia, ciência cognitiva, história cultural, etnologia, etnografia de habilidades, economia moral, interacionismo, teorias de rede, e de cujo fechamento buscavam os pesquisadores escapar desesperadamente — formigueiro caótico, no qual o próprio Latour reconhecia-se formiga entre formigas. O intento do autor era, portanto, reagregar todos os nós desconectados

que se formaram durante décadas nas ciências sociais, pensando, pois, o lugar dos não humanos na Sociologia. A construção da realidade, portanto, não seria apenas social, mas sociotécnica.





CAPÍTULO 2

A TEORIA DO ATOR-REDE

A TAR, como daqui por diante a iremos chamar, que aportuguesa a sigla ANT (do inglês *Actor-Network Theory*), representando o trabalho de formiga ao qual Latour será afeito durante a sua trajetória acadêmica, é teoria que nasce dos estudos de Ciência e Tecnologia, os chamados *Science Studies*, tendo como expoentes Michel Callon, John Law, Madeleine Akrich, o próprio Bruno Latour, entre outros.

A questão fundamental a que se dedica Latour com a TAR é a de conferir agência aos não humanos, o que implica em minimizar os aspectos antropocêntricos da Sociologia, e ao mesmo tempo “[...] refundir o sentido do adjetivozinho ‘social’.” (LATOURE, 2001, p. 97), almejando com isso propor uma “teoria social alternativa” (LATOURE, 2012, p. 8).

Latour (2003) lembra que se definia como construtivista quando iniciou os trabalhos com ciência e tecnologia — laboratórios eram construções. O realismo era o oposto do construtivismo e não havia como associar realidade com construção: ou se acreditava na realidade ou se era construtivista. Ora, como desconsiderar o caráter construtivista do real se é no movimento de construção que uma dada realidade encontra expressão e é criada? Latour (2003) aponta que, embora o construtivismo seja conceito confuso, possui em seu cerne promessas epistemológicas, morais e políticas, devendo ser pensado como pedra de salvação para o debate: “O meu ponto de vista é o de que o construtivismo pode ser a nossa única defesa contra o fundamentalismo definido como uma tendência para negar os caracteres construídos e mediados das entidades cuja existência pública, no entanto, tem de ser discutida.” (LATOURE, 2003, p. 2, tradução nossa)¹.

Como dito, e ainda de acordo com Latour (2003), o conceito de construção está repleto de equívocos. O primeiro problema consiste em que, todas as vezes em que se fala de construção, subentende-se imediato tratar-se de uma construção “social”, ou seja, a construção se dá a partir de elementos sociais. Latour explicita em *Reagregando o social* (2012) que os fundadores das ciências sociais conceberam o termo social como designativo de uma substância, um tipo de material, como a madeira ou o aço; um resultado final, quando, outrossim, há dinâmica heterogênea em ação que não se leva em conta. Tomando o termo “construção” como metáfora, Latour demonstra que estão contidos no conceito os construtores, os arquitetos, mas também o concreto cimentício e as formas com que esses elementos se associam para chegar a uma pretensa construção unidimensional final:

¹ Livre tradução: “My point is that constructivism might be our only defense against fundamentalism defined as a tendency to deny the constructed and mediated characters of the entities whose public existence have nonetheless to be discussed.”.

Tal é o caminho padrão das ciências sociais e dos estudos culturais para explicarem por que qualquer coisa se mantém: as coisas não se erguem devido à solidez interior daquilo com que pretendem ser construídas, mas porque suas fachadas superficiais são sustentadas pela sólida construção de aço da sociedade. (LATOUR, 2003, p. 3, tradução nossa).²

Deve-se abandonar, segundo o autor, as concepções de social enquanto material de que as coisas são feitas e de estrutura sólida que sustenta realidades a longo prazo, afinal, “que vem a ser uma sociedade? Que significa a palavra ‘social’? Por que se diz que determinadas atividades apresentam uma ‘dimensão social’? Como alguém pode demonstrar a presença de ‘fatores sociais’ operando?” (LATOUR, 2012, p. 19). A sociedade seria um dentre tantos outros agregados sociais, não havendo o que chamar de especificamente “social” ou de “sociedade”. Não se tratariam de ciências do social, mas de ciências de associações heterogêneas. Social é, portanto, palavra praticamente banida do dicionário de Latour.

Nos termos de perdedores do pensamento, Latour (1988b) classifica, no caso da França, a situação daqueles pensadores do passado que quedaram esquecidos em função dos vencedores, os estabelecidos, estes balizados pelo projeto de ciência moderna, cartesiana, descontinuada historicamente, no que parece ser uma escada íngreme para o céu da constante evolução do conhecimento. O intuito latouriano não consiste apenas em justificar o seu modo de ver e investigar as coisas do mundo social, mas em denunciar, chamar à *razão*, repensar as práticas, promover o debate e reparar os danos perpetrados nos últimos séculos pela sociologia tradicional, esta nomeada pelo autor com o termo *default* (oriundo do universo computacional e significando o que seria a forma padrão da Sociologia).

Dicotomizar, compartimentar, categorizar são funções modernas próprias aos regimes de ação que separavam, absurdamente, cientistas vencedores e perdedores, céu e terra, natureza e cultura, global e local, sujeito e objeto, ficção e realidade, humano e não humano, dentre uma porção de desgastadas polarizações. É nessa pretensa cisão do tempo, nesse conflito entre vencedores e vencidos que se mostram as contradições da modernidade presentes em *Jamais fomos modernos* (LATOUR, 1994).

O filósofo Michel Serres, de acordo com Latour (1988b) é um dos poucos conservadores que clamam contra o programa da ciência moderna, o qual aparta religião, ciência, literatura, mitologia, etc., como campos da produção humana incommunicáveis entre si. Este seria o trabalho do filósofo crítico: separar as crenças e ideologias de um lado e o conhecimento e a ciência do outro. Latour (1988b) toma

² Livre tradução: “Such is the standard way for the social sciences and cultural studies to explain why any thing holds: things do not stand upright because of the inner solidity of what they claim to be built with, but because their superficial façades are propped up by the solid steelwork of society.”.

de empréstimo de Serres a sua concepção e explicação do modo de funcionamento do comentário para demonstrar que não há metalinguagem do comentador sobre a infralinguagem do texto comentado e, mais importante, que não há como precisar o que ou quem promove essa explicação, ou seja, se o texto comentado ou se o comentário, pois essas são instâncias que se intercambiam de forma dialógica e plural, sem ordem de precedência.

Latour (1988b) observa ainda como Serres toma o poema *Lucrecius*, que trata de nuvens, fluxos, meteoros, turbulências e caos enquanto poema dotado de conhecimento sobre física, posição desacreditada à sua época, mas posteriormente retomada enquanto objeto de investigações da física em laboratório, ou seja: poesia e literatura podem prover acessos ao mundo objetivo. Objetos, ou até mesmo micro-organismos, podem inscrever-se sobre os fatos:

[...] toda a sociedade francesa do século XIX vem junto se puxamos as bactérias de Pasteur, e torna-se impossível compreender os peptídeos do cérebro sem acoplar a eles uma comunidade científica, instrumentos, práticas, diversos problemas que pouco lembram a matéria cinza e o cálculo. (LATOURE, 1994, p. 9).

Incertezas. Para “[...] encontrar[mos] uma forma de pensar sobre o social, o tecnológico e o natural, todos juntos.”³ (LAW, 2011, p. 4, tradução nossa, grifos do autor), faz-se necessária a assunção do caráter incerto da TAR. Grupos, ações, objetos, fatos nos arremessam para fora das zonas de conforto intelectual, tornando a pesquisa uma tarefa ainda mais complexa pelo mecanismo de autocrítica em constante funcionamento diante das associações. No entanto, de acordo com Latour (2012), o intento torna-se possível apenas através da iniciativa de seguir os atores — e inclusive o autor explica que a etimologia de ‘social’ aponta para a raiz seq ou sequi, significando ‘seguir’, enquanto que ‘socius’ designa ‘associado’.

Pois bem, é porque somos modernos (LATOURE, 1994) que não conseguimos tecer análises que permitam a continuidade entre a epistemologia, as ciências sociais e as técnicas, posto que a prática dos modernos consiste em manter as coisas separadas, pois, substâncias homogêneas que são, não admitem mistura heterogênea que possa lhes tolher a “pureza” crítica. O sociólogo e filósofo Edgar Morin (2003), preocupado com as consequências da modernidade no âmbito da educação contemporânea e convencido da necessidade de uma reforma do pensamento, reitera a posição de Latour quando afirma que

Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários. (MORIN, 2003, p. 13).

3 Livre tradução: “[...] to find a way of thinking about the social, the technological, and the natural, all together.”.

Morin (2003) denuncia o desenvolvimento disciplinar das ciências como causa da fragmentação indiscriminada do saber, do isolamento de objetos, da decomposição dos elementos e da redução da complexidade dos fenômenos. Não é à toa que a separação secular entre a cultura das humanidades e a cultura científica ainda venha a resvalar no presente em um senso comum acadêmico que considera como sendo mais científicas as ciências exatas e da natureza, em detrimento do pessoal das humanidades. Para Latour (1988b; 1992; 1994; 1997; 2001; 2003; 2011; 2012), e assim o cremos, a culpa está lá, na modernidade, e não na minha ou na sua instituição de ensino.

A TAR é justo uma composição possível que visa à queda dos muros que separam fatos científicos duros de questões sociais, no que Latour (2012) chama de uma sociologia das traduções. Embora apresente contornos de uma *refundação* da disciplina, Latour (2012) garante não se preocupar em desmentir outras teorias sociais, mas propor alternativa. Se o elemento social que unia pescadores, oceanógrafos e satélites desaparece (ao menos para a teoria) é com outro nome que retorna:

[...] já não é um *a priori* proibido pelas “objeções óbvias” que “coisas não falam”, “redes de pesca não têm paixão” e “só os seres humanos têm intenções”. O social não está *em lugar nenhum em particular* como uma coisa entre outras coisas, mas pode circular *em qualquer lugar* como um movimento que liga coisas não sociais. [...] o social voltou como associação. (LATOUR, 2012, p. 158, grifos do autor).

Há uma assimetria construída historicamente entre dois extremos, um referente à representação das coisas e outro referente à representação dos humanos⁴. A virada depois da virada social proposta pelo autor como justificação às suas ideias se dá por uma simetria mais radical que equipara os pares dicotômicos do sujeito e do objeto, como também o faz o sociólogo Niklas Luhmann (2006) em sua Teoria dos Sistemas Sociais, a ser abordada adiante, para quem o desenvolvimento da teoria sociológica perpassa uma trajetória que parte de teorias fatoriais — teorias que dão conta de relacionar fenômenos com suas origens e certos traços de causalidade das estruturas e contextos sociais — em direção às teorias sistêmicas, voltadas para a complexidade (LUHMANN, 2005a). Latour (1992) explica que o ponto de vista do

4 Durkheim em *Sociologia e filosofia* (1994), especificamente no capítulo “Representações individuais e representações coletivas”, demonstra a forma como a noção de representação era entendida até aquele momento: como algo que não se conservava por si mesmo. As imagens, quando não estavam mais entre nós, eram tidas como inexistentes, restando apenas sua impressão orgânica. As explicações para a vida psíquica se restringiam a estados atuais de consciência lúcida, e se assim o era, não restava nada. A representação só existiria se o elemento nervoso que lhe dá base estivesse com intensidade e qualidade suficientes para tal, não se podendo falar de outra realidade independente da estrutura físico-orgânica. A crítica de Durkheim, que funcionava como legitimação de um novo campo, foi exatamente essa: a vida mental, na psicologia, dependia como condição *sine qua non* de um corpo. Comprovava-se, portanto, a partir de Durkheim que as representações existiam fora dos estados nervosos, constituindo-se como realidades. As representações coletivas eram consciências individuais no sentido de que cada indivíduo contribuía com sua parte para o resultado comum. Fernando Pinheiro Filho (2004) explica que é através de *As formas elementares da vida religiosa* que Durkheim (1989) demonstra a passagem da consciência coletiva para as representações coletivas, com a valorização dos símbolos como primordiais à constituição da realidade social. As coisas sagradas possuem uma autoridade que se impõe às vontades individuais e isso cria estados mentais que se materializam em ideias coletivas. Essas representações coletivas são as sínteses de inúmeros elementos dispersos no social, como expressão do ideal coletivo originado na religião, por exemplo. Já a teoria científica do materialismo histórico obteve, através de Marx, a radicalização do pressuposto de que a base material é a explicação por excelência dos fenômenos sociais. Significa dizer que toda e qualquer dimensão da realidade social, como a religião, a cultura, as artes, seria produto das condições econômicas da sociedade analisada, como denota o autor em *A ideologia alemã* (1976).

objeto enfatiza que o conhecimento não foi feito pelo homem, enquanto que a perspectiva do sujeito denota que o conhecimento é obra do humano. Seu esforço visa pensar os opostos natureza e sociedade não como oposicionais, já que vivemos em uma sociedade que não foi criada nem individualmente, nem coletivamente, assim como a natureza também não foi nossa criação. Ambas, sociedade e natureza, não servem para explicar as práticas da ciência, mas seriam seus resultados. A condição para a observação do fenômeno está em conciliar, em simultâneo, a ciência em ação e a sociedade em construção. As constatações dos cientistas das associações não podem ser definidas por Latour (1992) como objetos, sujeitos ou uma mistura entre ambos.

Fica claro que para o autor (LATOURE, 2012), a ideia de um fenômeno social é da ordem relacional, do movimento, de como as coisas podem se relacionar em dado momento, o que se dá por completa imprevisibilidade, não possuindo o caráter de coisa que se dá única e exclusivamente em ambiente ou situação compostos apenas por seres humanos. Traduzir associações seria a tarefa do sociólogo que busca entender processos interacionais complexos em situações que envolvem ações humanas e não humanas, de forma empírica, aproximando-se com isso de alguns dos pressupostos das correntes interacionistas. É assim que procedem Bruno Latour e Steve Woolgar (1997) quando assumem como campo um laboratório da Califórnia, procurando observar as associações imprevistas entre cientistas, animais, estruturas moleculares e suas descobertas, com vistas à demonstração de uma lógica social por trás do resultado científico final. O social, portanto, não é aquilo que deve conferir explicação, mas o que deve ser explicado nos termos de uma tradução:

Posso agora declarar com mais precisão o objetivo dessa sociologia de associações: não existe sociedade, não existe domínio social nem existem vínculos sociais, *mas existem traduções entre mediadores que podem gerar associações rastreáveis.* (LATOURE, 2012, p. 160, grifo do autor).

Faz mais sentido, para o autor, uma sociologia de associações do que uma sociologia do social, muito embora Latour (2012, p. 27) prefira o termo “associologia”. Os micróbios de Pasteur, por exemplo, são construções advindas de actantes naturais e materiais que escapam às vontades humanas:

O micróbio é uma entidade viva, química, física, social? Isso ainda é incerto. A natureza é grande o suficiente para acomodar invisíveis micróbios poderosos? Aprenderemos com os experimentos de Pasteur. O Segundo Império e a Terceira República são capazes de absorver ou de serem redefinidos por novos laços sociais que adicionarão a multidão de micróbios às relações sociais normais? Estamos aprendendo com os laboratórios de Pasteur.⁵ (LATOURE, 1992, p. 14, tradução nossa).

5 Livre tradução: “Is the microbe a living entity, a chemical one, a physical one, a social one? This is still uncertain. Is nature large enough to accommodate invisible powerful microbes? We will learn it from Pasteur’s experiments. Is the Second Empire and the Third Republic, able to absorb or be redefined by new social links that will add the multitude of microbes to the normal social relations? We are

Latour explica que quando alguém diz “esta é uma construção” está contida implicitamente na frase a constatação de que aquilo que se mostra como construção foi antes construído por alguma agência, como exemplifica:

[...] as histórias de arquitetos sobre suas próprias realizações estão cheias de pequenas palavras para explicar como eles são “levados a” uma solução, “forçados” por outros edifícios, “limitados” por outros interesses, “guiados pela lógica interna do material”, “forçados a obedecer” à necessidade do lugar, “influenciados” pelas escolhas de seus colegas, “sustentados” pelo estado da arte, e assim por diante.⁶ (LATOUR, 2003, p. 5, tradução nossa).

Na Teoria Ator-Rede a agência é descentrada: circula entre agentes, coisas, actantes, como demonstra Latour, ironicamente, ao explicar sua ida a campo: “Quando havia alguma visita no laboratório, indicavam meu escritório: ‘Aqui está nosso cromatógrafo de alta pressão, aqui nosso filósofo residente, lá, nosso espectômetro de massa’.” (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 17). O fazer não está concentrado apenas no sujeito e é por isso que falham os analistas sociais quando já sabem, por antecipação, quem são os atores e aquilo que os leva a agir (LATOUR, 2012, p. 90). Há incerteza quanto à construção, dúvida em relação ao que será atualizado das virtualidades constantes aos objetos e materiais. Mais ainda: falhar é também função inerente aos materiais (LATOUR, 2003, p. 6). Para os construtivistas, os materiais estão ali para exercer força, ser o suporte das, ou gerar resistência às, agências humanas.

Como sanar o problema? Os procedimentos latourianos são esses: excluir o termo “social”, rever as formas de agência e trazer a dúvida para o fazer, já que os não humanos também agem ao fazer fazer. Para o autor, quando não cumprimos com tais premissas, trapaceamos, mentimos e distorcemos as explicações migrando da prática para a sobreposição teórica. A realidade construída é construída ou é real? A resposta de Latour é simples: ambas as coisas. É profunda ilusão supor que se constrói um mundo próprio. Na teoria, sim, mas na prática é deveras impossível.

Latour (2012) utiliza a metáfora de um supermercado de sociologia do social para mostrar que lá encontraríamos um setor especializado em “vínculos sociais”, enquanto que no supermercado imaginado pela TAR tomamos as muitas modificações feitas no lugar de exibição dos produtos — as ações de embalar, etiquetar. Essas alterações revelam as novas combinações e outros caminhos, no que o autor chamará de rede (LATOUR, 2012, p. 99).

Social para a TAR é tipo de associação temporária, apesar do autor admitir que “[...] devem existir vínculos duráveis [...]” (LATOUR, 2012, p. 101). É através de so-

learning it from Pasteur’s laboratories.”

6 Livre tradução: “[...] architects’ stories of their own achievements are full of little words to explain how they are ‘led to’ a solution, ‘constrained’ by other buildings, ‘limited’ by other interests, ‘guided by the inner logic of the material’, ‘forced to obey’ the necessity of the place, ‘influenced’ by the choices of their colleagues, ‘held up’ by the state of the art, and so on.”

iedades não humanas, como as sociedades de formigas, macacos e outros animais, que se pode denotar o social a partir da confluência de interações reticulares.

A TAR admite que os objetos, atores e entidades que são, foram apartados do reconhecimento de existência coletiva pela Sociologia, devendo ser tomados, pelo contrário, como participantes do processo de ação. Os objetos surgem na TAR como atores completos, que explicam os poderes da sociedade, as assimetrias. Durkheim em *As regras do método sociológico* (2007) afirma que os objetos existem, mas não podem ter qualquer pensamento social dedicado a eles, já que, por si mesmos, esses objetos não liberam nenhuma energia social, de acordo com o pensamento durkheimiano. Latour replica:

[...] *qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator — ou, caso ainda não tenha figuração, um actante. Portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: ele faz diferença no curso da ação de outro agente ou não? Haverá alguma prova mediante a qual possamos detectar essa diferença? (LATOUR, 2012, p. 108, grifo do autor).

Objetos como um martelo ou uma roupa fazem toda a diferença na hora de batermos um prego ou andarmos na rua. Basta tentar bater o prego com um pedaço de madeira e observar a dificuldade com que a ação é desempenhada, mobilizando-se outros atores, como o vizinho, o qual sabemos possuir centenas de ferramentas, fazendo com que a ação se desenrole em potencialidades até então imprevisíveis. Os objetos fazem com que façamos coisas: são participantes legítimos.

No entanto, o autor atenta para o fato de que não devemos entender que a simples participação dos objetos possam determinar causalmente a ação. Ainda de posse do exemplo do martelo, suponhamos a dolorosa e costumeira imperícia própria àqueles que não são dados aos trabalhos manuais, de tentar bater o prego e acertar em cheio o dedo. A dor e as providências para saná-la suprimirão de imediato a ação de bater o prego naquele momento. “Além de ‘determinar’ e servir de ‘pano de fundo’ para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensinar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc.” (LATOUR, 2012, p. 109).

O social reúne vários tipos de atores. Há várias forças aglomeradas naquilo que parece ser uma relação de classe, ou uma divisão de trabalho, e apenas a microanálise dos processos pode empreender a apropriação das múltiplas agências. Por isso, Latour prefere o coletivo, as entidades que não foram reunidas, repetindo que a teoria deve ser entendida como “[...] uma sociologia do objeto a serviço de humanos voltados para o objeto [...]” (LATOUR, 2012, p. 111). Aquilo que dá continuidade à ação nem está nas conexões humanas nem nas conexões entre objetos,

mas no ir e vir entre ambas. Ou seja, o que dá continuidade às ações não acontece por conexões entre humanos-humanos ou objetos-objetos, mas na relação entre eles.

Sobretudo, a intenção de Latour é deixar bem claro que essa simetria não admite a relação entre objetos e sujeitos a partir da conjunção aditiva *e*, mas através de um *nem*, ou seja, ao invés de imbricação entre as categorias, Latour pensa na dissolução entre elas:

Não se pode falar num caso empírico quando a existência de *dois* agregados coerentes e homogêneos, por exemplo tecnologia “e” sociedade, façam algum sentido. A ANT não é — repito: não é — a criação de uma absurda “simetria entre humanos e não humanos”. Obter simetria, para nós, significa *não* impor *a priori* uma *assimetria* espúria entre ação humana intencional e mundo material de relações causais. (LATOUR, 2012, p. 114, grifos do autor).

Os objetos são admissíveis enquanto partícipes das ações para a TAR quando ingressam em relatos envolvendo também humanos, mas se não deixam traços, informações, ou efeitos em quaisquer agentes, então os objetos deixam de ser atores. O autor reconhece que os objetos são exímios transmissores de efeitos em silêncio — pensa em muro já construído ou questionário impresso em arquivos. Essa é a natureza dos laços entre objetos e humanos que faz com que passem de intermediários para mediadores. “Eis por que alguns truques precisam ser inventados para *forçá-los a falar*, ou seja, apresentar descrições de si mesmos, produzir *roteiros* daquilo que induzem outros — humanos ou não humanos — a fazer.” (LATOUR, 2012, p. 119, grifos do autor).

Percebemos claramente que Latour (2012) trata os objetos como actantes apenas no momento da interação *física* entre eles, ou em *tempo real*. Far-se-ia necessária a reflexão acerca da noção latouriana de ação, o que aqui não o faremos, mas cabe salientar que essa noção carece de alargamento conceitual em função de determinados actantes e suas respectivas relações não enquadradas, ou não contempladas pela TAR. Podemos expandir o pressuposto da teoria com a provocação de que os objetos agem, inclusive, quando *não* estão em ação, recorrendo para isso, como veremos abaixo, às contribuições da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann. Esses mesmos objetos que se dão a ver no íterim da ação continuam a fazer coisas para além do momento interacional, e até mesmo antes, podendo, inclusive, a qualquer momento, tornarem a ser postos em ação.

Pensemos no seguinte exemplo prático: mesmo antes de ser lançado, um jogo eletrônico mobiliza inúmeras relações, além de que depois de ser fruído muitas das imagens e relações produzidas pelo objeto e pelas associações geradas entre jogadores permanecem residualmente às consciências. A interação com um jogo de mes-

ma franquia (série) será determinada pela experiência passada com o objeto. Nesse exemplo trivial, o fato de um jogador comprar ou não comprar o próximo jogo pode ser ação atribuída, parcialmente, ao jogo já jogado, às experiências pretéritas, às prescrições e ações empreendidas no título anteriormente fruído. O objeto age sobre o jogador sem que para isto seja necessário um contexto interacional fisicamente observável com o primeiro.

Latour (2012) afirma que a relação com grupos é processo em constante mutação e movimento. Enquanto que os teóricos sociais já definem de saída o grupo com o qual vão empreender uma pesquisa, através da TAR é possível perceber como os atores podem fazer parte de um ou mais grupos, sendo preferível o nível micro ao macro. Não cabe ao sociólogo decidir pelo ator o que compõe o mundo em que ele vive, mas deixá-lo que viva seu mundo e trace suas conexões sociais. Só depois é que entra o analista para rastrear os caminhos do ator e pedir-lhe explicação sobre suas relações.

Os agregados sociais, não compostos por ligações humanas, não devem, portanto, ser definidos de antemão, posto que se criam e recriam de forma performativa, através de modos de funcionamento que definem sua existência. A esse respeito, o critério de reflexividade soa a Latour como uma falácia: “ ‘Reflexividade’ é um termo enganoso que tem um significado interessante quando aplicado a atores e objetos, mas deletério quando tomado como virtude epistemológica para proteger o sociólogo de uma quebra de objetividade.” (LATOURE, 2012, p. 57).

A TAR se ocupa de explicar a estabilidade, por isso é tão importante a ênfase dada aos meios que mantêm os grupos. Para a tradição sociológica, a sociedade sempre esteve conosco, mas para a TAR os laços sociais são produtos da relação entre meios. Percebemos a pertinência da preocupação de Latour com as influências dos meios sobre a formação de grupos, mas nada impede que pensemos que essa relação é dupla: o “social” está lá, de alguma forma, com alguns miligramas de substância, intercambiando propriedades com as mediações técnicas.

A ação só pode ser entendida se vista como liga, nó, um aglomerado de múltiplas funções que é designado por Latour (2012) pela expressão “ator-rede”, sintetizada na ideia de que nunca estamos sós ao agir. A pergunta a ser feita é: quem ou o quê age quando estamos em ação? O termo “ator” na expressão não significa aquele de “onde” parte uma ação, e sim algo que é levado a agir por inúmeros outros. A palavra ator diz do deslocamento da ação. A ação é deslocada porque é distribuída, é influenciada, é traída, vai para todos os lugares e vem de todos os cantos. Se um ator é “ator-rede” é porque o ator representa a maior fonte de incerteza em relação

à gênese da ação. O ato não parte dele, posto ser ele uma entre tantas peças que (de) formam a ação.

O ator-rede é justo aquilo que fazem dele. Nesse jogo de “fazer fazer”, causa e efeito é relação descartada, tendo em vista que a situação actancial evoca possíveis não estabelecidos na intencionalidade daquele que age:

Os sociólogos são às vezes acusados de tratar os atores como títeres manipulados por forças sociais. Mas ao que parece os titereiros, como os sopranos, alimentam ideias bem diferentes sobre *aquilo* que induz seus bonecos a *fazer* coisas. Embora as marionetes constituam, na aparência, o exemplo mais cabal de causalidade direta — apenas obedecem aos cordões —, os titereiros raramente se comportam como se as controlassem completamente. Dizem frases engraçadas como “os bonecos nos sugerem coisas que nunca pensamos ser possíveis”. Quando uma força manipula outra, isso não significa que seja uma causa a gerar efeitos; pode ser também a ocasião para outras coisas começarem a agir. (LATOUR, 2012, p. 93, grifos do autor).

Instaura-se a incerteza na ação, pois não se trata mais de localizar no manipulador ou no manipulado, na estrutura ou na agência, no indivíduo ou na sociedade as causas explicativas de suas ações, mas no conjunto de fatores possíveis, em forma de potencialidades passíveis de atualização, que compreendem tanto as propriedades de tais pólos dicotômicos quanto aquilo de que é constituído o percurso de travessia entre eles. Pensemos no ator-rede através da metáfora de uma sinapse nervosa, uma zona ativa de contato entre terminações nervosas que podem se dar agora, depois não mais, ou continuarem indefinidamente, involuntariamente, transmitindo elementos produzidos naquele instante.

Latour e Woolgar iniciam *A vida de laboratório* (1997) com um trecho de diário de campo em que narram-descrevem os acontecimentos em um laboratório de química. Brincadeiras, argumentos, tentativas científicas, algumas frustradas, e resmas de laudas de dados por sobre artigos traduzem o ambiente de realização de uma etnografia que coloca em xeque os conceitos de campo e laboratório. É nesse espaço *a priori* pensado como sisudo, sério e *científico* que Latour observa a produção da ciência considerando a formação de redes imprevistas entre os participantes ali instalados. Surpreso, o sociólogo ressalta o fato de que em dado momento sobressaía-se no laboratório o assunto do dinheiro, sobre custos de experiências, despesas, ao ponto em que lhe parecia estar tratando com a bolsa de valores e com executivos, jamais com cientistas. Em pouco tempo, essas impressões eram, repentinamente, reformuladas:

Percebi que estava lidando com jovens executivos dinâmicos. Falou-se de estratégia, de formas de auxílio, de pontos de passagem obrigatórios, de investir em lugares, de ordenar ideias, de arruinar reputações, de liquidar adversários, de guerrilhas. Achei que tinha aterrissado no meio de uma reunião de Estado-maior.

Falou-se de controle, de vigilância, de teste, de contaminação, de traição, de inteligência com relação ao inimigo. Achei que estava tratando com algum dispositivo policial. Falaram de viradas radicais, de revoluções, de transformações rápidas, de minas e de explosão. Achei que estava em meio a conspiradores. De súbito, eles se transformaram em vítimas. Só falavam de alguém que os havia roubado, que havia desviado seus recursos, que os expropriara, que os explorava. (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 14).

Toda uma gama de estudos sociológicos poderia ser aqui mobilizada para dar conta das relações em processamento no laboratório, mas o interesse latouriano no estudo da produção sociotécnica do objeto científico procura a conexão reticular entre o conteúdo científico e o contexto social, sendo confessadamente empiricista e avesso ao uso exclusivo de métodos e procedimentos dos historiadores sociais das ciências “[...] que chegam atrasados.” (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 21). Do contrário, considera que está-se fazendo uma sociologia dos cientistas, não das ciências. As organizações não necessitam, de acordo com Latour (2012, p. 26), de estar inseridas em amplos contextos sociais porque elas próprias já comportam a rede de negócios em que está inserida.

Os etnometodólogos, por exemplo, defendem o uso do conteúdo técnico local dos praticantes para explicar o próprio mundo deles, negando a relevância das explicações sociais dessas práticas. Para a Teoria Ator-Rede, a ciência social, longe de ser a solução miraculosa para todos os problemas, é incluída enquanto parte do problema: o conteúdo da ciência e da sociedade é substituído pelas redes de associações. São as redes o foco de análise, não os conteúdos. Em sua irônica crítica, Latour (1992) aponta que as escolas mais conhecidas não conseguiram agregar de forma contínua os conteúdos da ciência às preocupações da Sociologia. Ele explica que para os colegas mais incautos, a teoria parece servir para tudo e tornar tudo possível.

Um radical é alguém que afirma que o conhecimento científico é inteiramente construído ‘fora de’ relações sociais; um progressista é alguém que diria que é ‘parcialmente’ construído fora de relações sociais, mas que a natureza de alguma forma ‘escapa’ no final. No outro lado dessa luta, um reacionário é alguém que afirmaria que a ciência se torna realmente científica apenas quando finalmente perde qualquer vestígio de construção social; enquanto um conservador diria que, embora a ciência escape da sociedade, ainda existem fatores da sociedade que ‘penetram’ e influenciam seu desenvolvimento.⁷ (LATOUR, 1992, p. 5, tradução nossa).

Apesar de Latour defender que a rede é tecida por um bom relato, sendo as redes de atores confeccionadas quando o escritor consegue elaborar uma série de

⁷ Livre tradução: “A radical is someone who claims that scientific knowledge is entirely constructed ‘out of’ social relations; a progressist is someone who would say that it is ‘partially’ constructed out of social relations but that nature somehow ‘leaks in’ at the end. At the other side of this tug-if-war, a reactionary is someone who would claim science becomes really scientific only when it finally sheds any trace of social construction; while a conservative would say that although science escapes from society there are still factors from society that ‘leak in’ and influence its development.”

relações, um conceito e não uma coisa — meio, ferramenta que ajuda a descrever algo —, acreditamos, todavia, que algumas condições para a formação da rede são influenciadas por fatores externos àquilo que se está relatando, e isso quem nos diz é o próprio objeto. O projeto da TAR, ao mesmo tempo em que denuncia os hermetismos das tradições da ‘sociologia do social’, mostra-se igualmente hermético em muitos de seus pressupostos e princípios, atendendo a determinados casos que envolvem objetos e coisas não humanas e rechaçando, tal qual a sociologia que tanto critica, os desvios como não dignos de figurarem à TAR. Um bom exemplo dessas determinações absolutas é a diferenciação entre mediadores e intermediários:

Em palavras mais simples: um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando. Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o movimento do social. [...] O texto, em nossa definição de ciência social, versa portanto sobre quantos atores o escritor consegue encarar como mediadores e sobre até que ponto logra realizar o social. (LATOUR, 2012, p. 189).

A rede não é um objeto externo, como um telefone, ou rodovia que interconecta. A rede é indicador da qualidade de um texto, como afirma ainda o autor:

[...] a rede não é aquilo que está representado no texto, mas aquilo que prepara o texto para substituir os atores como mediadores. A consequência é que podemos elaborar um relato ator-rede de tópicos que de maneira alguma têm a forma de uma rede — uma sinfonia, um código de leis, uma pedra da lua, uma gravura. Por outro lado, é possível escrever sobre redes técnicas — televisão, e-mails, satélites, equipes de vendas — sem em parte alguma oferecer um relato ator-rede. (LATOUR, 2012, p. 192).

Como, então, considerarmos a existência sociotécnica de uma rede senão como reflexo de uma competência retórica do pesquisador? Será que a forma *errada* de relatar a ocorrência comprovadamente real de uma rede põe por terra o fenômeno ali existente? Cremos que a realidade de uma rede não seja privilégio, nem esteja subordinada aos maus escritores: a rede prevalece e continuará invisível para a TAR em função da *incompetência* dos pesquisadores em relatá-la da forma correta. O contrário, os floreios e manobras constituindo redes onde não as há, também desponta, ao nosso ver, como grave efeito colateral.

Um dos problemas de fundamental importância para a formação de redes reside para Latour (2012, p. 64) na distinção da natureza dos meios de articulação do social enquanto intermediários ou mediadores. O intermediário é o meio que transporta significado sem, no entanto, promover alteração, de forma que a informação que entra já define o que deverá sair. O mediador é o oposto: aquilo que entra nunca define o que sai. Nas palavras do autor,

Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. [...] Um computador em perfeito funcionamento é ótimo exemplo de um intermediário complicado, enquanto uma conversa banal pode se transformar numa cadeia terrivelmente complexa de mediadores onde paixões, opiniões e atitudes se bifurcam a cada instante. No entanto, quando quebra, o computador se torna um mediador pavorosamente complexo, ao passo que uma sofisticada discussão em uma mesa redonda em um encontro acadêmico às vezes se transforma num intermediário totalmente previsível e monótono, repetindo uma decisão tomada em outra parte. (LATOUR, 2012, p. 65-66).

Fica nítida a condição incerta de existência das entidades como intermediários ou mediadores, tendo em vista que essas condições não são fixas, estáveis *a priori*, mas tomadas em fluxo e de acordo com o momento interacional, necessitando-se de enfatizar as materialidades que produzem aspectos diferenciados.



CAPÍTULO 3

CONTROVÉRSIAS

“Como nos orientamos para agir?”, uma antiga questão de grande interesse para a Sociologia que ainda estimula concepções teóricas e debates metodológicos e epistêmicos. À própria Teoria Ator-Rede é seminal o problema da agência, alicerce das muitas controvérsias engendradas pela sociologia clássica. Latour (2012, p. 41), como acompanhamos, é categórico em sua posição a respeito da natureza das ações: “Somos levados a fazer coisas por intermédio de outras agências sobre as quais não exercemos nenhum controle e que parecem absolutamente óbvias, costumeiras”. Mas, e a ‘sociologia do social’? Como concebe as ações sociais?

Na contemporaneidade, Pierre Bourdieu é um dos principais autores que atualizam as discussões da sociologia da ação social, revisitando os clássicos, tais como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, porém construindo forma particular de pensamento. O debate em torno da ação social requer em pauta a moderna dicotomia entre os eixos do indivíduo e da sociedade, do subjetivo e do objetivo, tensão experimentada na teoria de Bourdieu, na qual a própria feitura do seu trabalho se perfaz em uma dinâmica de luta para não resvalar nem ao pólo subjetivo, nem ao objetivo. Diante das estruturas estruturadas que se predispõem a ser estruturantes (BOURDIEU, 2009), a teoria de Bourdieu enfatiza o debate e a reflexão acerca das disposições inerentes aos campos de atuação dos indivíduos na vida social.

Mesmo entre os entusiastas do estruturalismo construtivista bourdieusiano, há dissenso quanto à natureza da ação. Bernard Lahire (2002), por exemplo, propõe a perspectiva da pluralidade de ação do indivíduo, demonstrando os limites da concepção bourdieusiana no que parece ser uma tímida aproximação com a sociologia das associações de Latour. Diante de tais controvérsias, pedimos permissão para uma breve digressão em prol da demonstração de como, entre os próprios sociólogos contemporâneos, processa-se o desacordo para com os preceitos doutrinários da Sociologia. Vejamos.

Sabe-se à guisa da Sociologia tradicional que desde o nascimento todo ser humano já começa a interiorizar as chamadas estruturas sociais. A observação do mundo social dispõe sobre o olhar, passando a ser estruturada pelas estruturas já dispostas no mundo e tal movimento compõe, grosso modo, um dos mais caros conceitos à teoria de Bourdieu, o famoso *habitus*, ou seja, a chamada subjetivação da objetividade, em oposição-relação com a objetivação da subjetividade, proveniente da dinâmica social oriunda dos campos. E por ser disposicional, tanto gera práticas classificáveis quanto compõe o próprio sistema de classificação das coisas no mundo (BOURDIEU, 2007, p. 162).

Bourdieu (1989) explica que lançou pela primeira vez o conceito de *habitus* em função de dois artigos do crítico e historiador de arte alemão Erwin Panofsky, retomando a noção aristotélica de *hexis* (ações de mesmo tipo, costumeiras, automáticas) no intuito de tratar das capacidades criativas e inventivas do *habitus* e do agente. Em *A distinção* (2007), Bourdieu explica que o *habitus*, além de ser um elemento que gera práticas, também serve para classificar ou apreciar essas práticas, através do gosto como sistema de esquemas de percepção e apreciação. As práticas que se estabelecem pelo *habitus* são configurações de propriedades que determinam diferenças em sistemas diferenciais por natureza, sistemas esses que atuam como estilos de vida, como afirma Bourdieu:

[...] a identidade social define-se e afirma-se na diferença. O mesmo é dizer que, nas disposições do *habitus*, se encontra inevitavelmente inscrita toda estrutura do sistema das condições tal como ela se realiza na experiência de uma condição. (BOURDIEU, 2007, p. 164).

Portanto, para Bourdieu (2007), as posições diferenciais e distintas que os agentes tomam em variadas instâncias de ação já estão contidas na unidade do conceito de *habitus*. O autor, inclusive, advoga a transferência das disposições das práticas entre campos, citando como exemplo a forma utilizada por um marceneiro para administrar questões como tempo, orçamento, entre outras, como semelhante à forma com que dispõe de uma ética no trabalho. Na obra supracitada o autor trabalha sobremaneira com a crítica da ideia de gosto, o que logo nos remete para uma construção classista, burguesa, espécie de constituição ideológica, no sentido marxiano do termo. Significa dizer que para Bourdieu há uma ilusão de espontaneidade quando das tomadas de decisão e de escolhas dos agentes frente às *possibilidades* de ação dispostas socialmente. A escolha pura seria uma utopia, apenas algo condicionado por variáveis que se correlacionam para formar uma trajetória pré-determinada pela disposição de aspectos estruturantes.

Entendendo o *habitus* também como uma “[...] disposição geral e transponível [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 163), o autor admite algo duro, processo difícil de ser descentrado, mas ao mesmo tempo passível de transponibilidade — de resistência e resposta diante das lutas engendradas nos espaços da prática. Assim, os campos (segundo conceito basilar da teoria bourdieusiana), são entendidos como espaços da prática relativamente estruturados, ou seja, que se estruturam a partir do que a coletividade elege como valor, traduzindo-se na forma de luta ou dominação.

Os sistemas de disposições são, dessa forma, produzidos pelas próprias estruturas, ou melhor, pela dialética entre interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade, sendo a consciência formada socialmente. As práticas e as

representações são estruturadas/estruturantes e dada a extensa cobertura do conceito de Bourdieu sobre os campos, a cultura é certamente o campo privilegiado do exercício de dominação, sobretudo em função do poder simbólico (BOURDIEU, 1989), o qual estabelece parâmetros de reconhecimento.

Bourdieu admite estruturalismo forte, em que indivíduo e sociedade, agência e estrutura seriam dois lados de uma mesma moeda. A estrutura social objetiva é internalizada subjetivamente pelos agentes, operadores disposicionais, os quais retroalimentam as estruturas estruturadas com posturas estruturantes. Mesmo diante de uma tal dimensão transponível a que o autor alude como propriedade constitutiva do *habitus*, a reciprocidade das incorporações parece não deixar qualquer margem de querer puro, vontade própria, autonomia ou agenciamento individual de escolhas na vida social — e muito menos junto a objetos técnicos.

Quando indagado em entrevista a respeito dos autores que influenciaram a sua trajetória acadêmica, o sociólogo Bernard Lahire (2004) admitira percurso por pesquisadores de diferentes abordagens, tais como o linguista Mikhail Bakhtin, o filósofo Michel Foucault e, principalmente, Pierre Bourdieu, apontando a si próprio como via de inovação da sociologia moderna, assim definindo o caminho de suas pesquisas:

No início tudo não passava de apresentar algumas nuances, mas pouco a pouco cheguei a inventar algo como uma nova maneira de pensar o mundo social segundo uma escala individual, ou seja, levando sistematicamente em conta as variações inter-individuais e intra-individuais dos comportamentos. Minhas próprias interrogações são originárias da superação crítica (empírica e teórica) da teoria do *habitus*. (LAHIRE, 2004, p. 317).

Em sua teoria do homem plural, Lahire (2002) aponta como um dos principais críticos de Bourdieu, concentrando seus contrapontos teóricos à teoria do *habitus*. Para Lahire, o modelo do *habitus* bourdieusiano é sistemático e unificador, sendo mais aplicável a problemas macrossociológicos de sociedades particulares, não tendo Bourdieu considerado as especificidades do contexto histórico analisado, apropriando-se de um modo analítico que dava conta das sociedades com pouca diferenciação social e aplicando-o a contextos de muita diferenciação, os quais produzem, por conseguinte, atores igualmente diferenciados. O caso da Educação, por exemplo, um dos focos de análise de Lahire, demonstra como a família vem se empenhando na socialização dos filhos e como estes, em contrapartida, vivenciam contextos sociais diversos, a exemplo das relações de consumo que estabelecem extensões da sociedade em ambiências eletrônicas, gerando o que Zygmunt Bauman (2008) observa acerca dos usos, na Coréia do Sul, dos termos “cibervida” ou “vida eletrônica” como substitutos para a ideia de vida social.

Lahire (2002, p. 31) assim deixa claro como o social dispõe resistências ao modelo homogêneo do *habitus*:

Uma vez que um ator foi colocado, simultânea ou sucessivamente, dentro de uma pluralidade de mundos sociais não homogêneos, às vezes até contraditórios, ou dentro de universos sociais relativamente coerentes, mas que apresentam, em certos aspectos, contradições, então trata-se de um ator com o estoque de esquemas de ações ou hábitos não homogêneos, não unificados, e com práticas consequentemente heterogêneas [...].

O ator plural seria o resultado da socialização em contextos heterogêneos, o qual percorre em sua trajetória instâncias sociais diversas, agregando esquemas de ação e de percepção distintos, os quais não caberiam em teorizações demasiado herméticas. Lahire (2004) explicita que ao tratar do homem plural não sugere uma ideia de múltiplas identidades para o ator social, mas pluralidade de disposições incorporadas, e aqui demonstra ser devedor e crítico à teoria do *habitus* de Bourdieu.

Outra crítica bastante sólida aos construtos teóricos de Bourdieu diz respeito à admissão da crise como parte da dinâmica social. Bourdieu, segundo Lahire (2002), cega para o desajuste, para as crises e para os desvios, como, por exemplo, contradições culturais, rupturas biográficas, etc. Além disso, Lahire afirma ainda que as disposições seriam como que abstrações ou tipos ideais, sendo mais “observáveis” no âmbito da linguagem do que na observação prática, muito embora Bourdieu (1996) se defenda afirmando que suas noções, como espaço social ou espaço simbólico, nunca são tomadas como se existissem por si mesmas, mas “construídas” mediante pesquisa teórica e empírica, localizada em dado espaço e tempo. No entanto, por mais que Lahire atente para a fragilidade da aplicação empírica da teoria bourdieusiana, o próprio autor também não deixa claro como explicitar, para além da teoria, a realização da sociologia individual a que se propõe.

Quando aponta que “[...] há pouco interesse também para compreender a vida fora de cena ou fora de campo dos produtores do campo.” (LAHIRE, 2002, p. 34), Lahire atenta para o fato de que os sujeitos sociais participam relacionalmente das disposições instituídas em diferentes instâncias de socialização.

Lahire (2002) nos fornece elementos para pensar as relações de experiência através do exemplo da leitura literária. Segundo o autor (2002, p. 98), na sociologia da leitura os pesquisadores não se preocupavam com as experiências vividas pelos leitores em contato com os livros, com o que negligenciavam o fato de que

A situação de leitura é um quadro social, um contexto social entre outros, mas não totalmente “como” os outros. Como no sonho desperto ou no jogo [...] permite ensaiar papéis, manipular (representar, modificar, inventar) cenas, sem risco nem consequência social imediata.

Portanto, de acordo com Bernard Lahire (2002), ao indivíduo é dada a capacidade de estabelecer conexões de sentido através das inúmeras fontes de referência que perpassam os espaços de ação. Percebe-se que a ação em ambos os autores — Lahire e Bourdieu — é tomada como propriedade de sujeitos humanos. Plural, em Lahire (2002), ainda é o homem, o indivíduo, e não os mais variados atores que possam surgir através de múltiplas agências, e, dessa forma, “[...] ninguém sabe quantas pessoas agem simultaneamente num indivíduo [...]” (LATOURE, 2012, p. 86). É essa, grosso modo, a maneira com que a maior parte dos estudos sociológicos encara a problemática da ação, chegando a ser completamente desproporcional e diametralmente oposta à abordagem da TAR, na qual as ações possuem imensa variedade de atores e actantes que deslocam objetivos, de forma que a tarefa do analista é acompanhar atores e deixá-los definir o social, procurando sempre identificar as controvérsias envolvidas no processo.

À época do crescimento do nível de popularidade de Bruno Latour e de sua produção acadêmica nos meios universitários, e não só nos da França, Bourdieu, preocupado com os rumos tomados nas questões que envolviam o universo da ciência, decidiu organizar o curso do Collège de France em 2000-2001 voltando-se *Para uma sociologia da ciência* (2004). De acordo com o autor, a ciência passava por enorme perigo em função da sobreposição de elementos sociais nos laboratórios, tais como a lógica da concorrência, os ditames econômicos e as variáveis do poder que envolviam tais campos. Para o intento, procedeu à análise histórica e sociológica do conhecimento científico, sem, contudo, circunscrevê-lo apenas às suas condições históricas, para estabelecer uma compreensão, também, dos pressupostos sociais que *agem* sobre a prática da ciência.

Quem é o sujeito criador das verdades científicas? Bourdieu aponta, ironicamente, para Deus e/ou para as conjeturas de filósofos como Descartes (as sementes da ciência como inatas ao espírito humano), Kant (consciência transcendental *a priori*) ou Habermas (a linguagem).

Somos assim levados a uma última questão: se é indiscutível que o mundo científico é um mundo social, será que podemos perguntar-nos se é um microcosmos, um campo, análogo (com algumas diferenças que se devem especificar) a todos os outros e, em particular, aos outros microcosmos sociais: campo literário, campo artístico, campo jurídico? Alguns investigadores, que identificam o mundo científico ao mundo artístico, tendem a reduzir a atividade laboratorial a uma atividade semiológica: trabalha-se sobre inscrições, faz-se circular textos [...]. (BOURDIEU, 2004, p. 14).

O autor toma neste trabalho (BOURDIEU, 2004) a ciência como objeto de análise, afirmando de início que deve ser guiado pela reflexividade de uma sociologia da sociologia da ciência, correndo o risco, ao não fazê-lo, de incorrer em falácias de co-

nhecimento. Bourdieu (2004) considera o tema da sociologia da ciência uma questão difícil. Critica veementemente a Latour e seus estudiosos da TAR, a qual Bourdieu considera como uma sócio-filosofia da ciência, quando afirma que compreender a prática científica requereria muita aprendizagem, uma desvantagem que os etnólogos transformam em vantagem a partir do momento em que assumem a posição de estranho e etnógrafo como profissão, eximindo-se da verdadeira compreensão de dados empíricos produzidos em dada área do saber. A julgar por *A vida de laboratório*, Latour e Woolgar (1997) parecem discutir e relacionar adequadamente as relações ali produzidas, num esforço de entendimento daqueles seres não humanos.

Bourdieu (2004, p. 17) atesta que os próprios obstáculos para o avanço na ciência são de natureza social, pois possuir a competência técnica de um cientista, investigador que não tem tempo para analisar sua prática, e simultaneamente a competência analítica associada às disposições que a colocariam em posição de análise sociológica, não se restringe a um indivíduo, mas a coletivos, o que deveria ser resolvido pela decisão consentânea de investigador e analista trabalharem em conjunto. A segunda dificuldade para Bourdieu reside no fato de que os analistas dependem de documentos (arquivos, textos) bem como dos discursos dos cientistas sobre a prática científica, e esses discursos, por sua vez, depositários dos discursos da filosofia da ciência, atual ou passada, o que faz com que os cientistas sejam parcialmente *donos* da própria prática, no sentido de que muitas das vezes reproduzem posições já produzidas. A última dificuldade aos estudos da ciência na analítica bourdieusiana diz respeito, como não poderia deixar de ser, ao princípio da luta, ao qual nem mesmo a ciência estaria imune. Tal luta se manifesta tanto fora quanto dentro do campo científico, sendo a epistemologia passível de figurar como “[...] *discurso justificativo da ciência* ou de uma posição no campo científico ou, ainda, uma repetição falsamente neutralizada do discurso dominante da ciência sobre si mesma.” (BOURDIEU, 2004, p. 17, grifo do autor).

Bourdieu admite a construção coletiva de um fato científico e até mesmo o jogo de comprovação do fato que se dá em meio às interações, sendo crítico à circunscrição da análise ao mero contexto de duração interacional:

[...] prendem-se com o fato de se manter fechado numa visão *interacionista* que procura nas relações entre os agentes o princípio das suas ações e ignora as estruturas (ou as relações objetivas) e as disposições (em geral ligadas à posição ocupada nessas estruturas) que são o verdadeiro princípio das ações e, entre outras coisas, das próprias interações (que podem ser a mediação entre as estruturas e as ações). Referindo-se somente ao laboratório não se interroga sobre as condições *estruturais* de produção dos pressupostos teóricos [...]. (BOURDIEU, 2004, p. 36, grifo do autor).

Bourdieu (2004, p. 37) chega a atestar a importância dos estudos de laboratório pela aproximação para com os lugares de produção da ciência, mas é crítico à ‘sócio-filosofia’ de Latour. Referindo-se particularmente à obra *A vida de laboratório* (LATOURE; WOOLGAR, 1997), Bourdieu (2004) confessa a dificuldade em discernir no trabalho o momento de análise das teses e a análise das condições sociais de produção, criticando a defesa latouriana de que os fatos científicos são fabricados e dependem fundamentalmente de objetos laboratoriais, os não humanos. Para Bourdieu (2004, p. 43), trata-se de uma “des-realização”, caso bem sucedido de sofisticação retórica que incorre em um deslize, o que denomina por “passagem ao limite”:

A estratégia de *passagem ao limite* é um dos recursos privilegiados da investigação deste efeito, mas pode conduzir a posições insustentáveis, indefensáveis, porque muito simplesmente absurdas. Daí uma estratégia típica que consiste em avançar uma posição muito radical (do tipo: o fato científico é uma construção ou — deslize — uma fabricação, portanto um artefato, uma ficção) [...].

Todos os momentos que não fazem parte da interação entre atores/actantes são negligenciados na análise. Sabemos que as intenções de Latour se voltam para a microssociologia, para uma analítica das redes que ali se formam, uma opção metodológica entre muitas. Bourdieu acusa ainda Latour de proceder à uma análise semiológica da produção social da ciência, principalmente em *The pasteurization of France* (LATOURE, 1988a), em que Pasteur aparece, para Bourdieu, como uma entidade semiológica. A realidade social seria, assim, um texto, no que Bourdieu chama, a propósito da virada linguística, de uma tendência ao *textismo* e à *allogoxia* (crença enganadora) (BOURDIEU, 2004, p. 50).

Ciente de que Latour “propõe precisamente recusar a distinção entre os agentes (ou as forças) humanos e os agentes não humanos.” (BOURDIEU, 2004, p. 46), desconsidera Bourdieu os objetos técnicos como entidades dotadas de agência, não reconhecendo o poder desses objetos sobre a vida social. Entretanto, parece sinalizar para a assimilação desses pressupostos nos seus termos metodológicos na seguinte passagem:

Tratando-se de compreender esses objetos técnicos e o seu poder, será que é necessário fazer a ciência técnica do seu funcionamento? [...] Se esse não é o caso, que método se deverá utilizar para descobrir o fato da “delegação” e o que é delegado a esses famosos “sujeitos”? (BOURDIEU, 2004, p. 47).

Parece que, mais drástico do que delegar agência aos objetos, é a forma com que Latour explica essa delegação, por meio do deslocamento ou translação em que para tomar ciência da ação do agente seria essencial imaginar o que atores humanos e não humanos deveriam fazer se eles não existissem, o que Bourdieu chama de *imaginação científica*.

Latour (1992) critica o fato de que, até então, a dita sociologia do conhecimento científico consistia na aplicação das ciências sociais à prática da ciência, não considerando que o próprio conteúdo da ciência era passível de estudo. A ciência, como campo de forças que é, dispôs sempre uma fratura de conhecimento entre o projeto explicativo da macrosociologia, quer seja identificar e relatar o que sustenta a sociedade unida, sobre conteúdos micro. Os esforços de uso da macrosociologia para microconteúdos são feitos com muita dificuldade.

Os únicos programas de pesquisa que têm sido bem-sucedidos são aqueles que utilizam uma sociologia de grãos finos: etnometodologia, micro-sociologia, interacionismo simbólico, antropologia cognitiva, história cultural, história de práticas.¹ (LATOUR, 1992, p. 2, tradução nossa).

¹ Livre tradução: *"The only research programs that have been successful are those which put to use a fine-grained sociology: ethnomethodology, micro-sociology, symbolic interactionism, cognitive anthropology, cultural history, history of practices."*





CAPÍTULO 4

A TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS

A diversidade dos fenômenos sociais da contemporaneidade tem colocado desafios à teoria sociológica. Como vimos, o francês Bruno Latour é um dos nomes mais conhecidos nas últimas décadas em se tratando de propostas não-ortodoxas para o enfrentamento desses desafios, mas não o único. Outro nome de envergadura nesta empreitada é Niklas Luhmann, sociólogo alemão proponente de uma teoria geral com vistas à capacidade de explicação da complexidade porque passa a sociedade moderna.

Toda a obra de Luhmann está alicerçada em torno do conceito de sistema, construindo, por meio de vários outros conceitos, uma teoria geral dos sistemas sociais. Trata-se de uma interpretação sociológica da sociedade derivada da obra de Talcott Parsons. Como Latour, que recorre ao linguista Algirdas Julius Greimas ao pensar a noção de actante, Luhmann evoca, principalmente, as contribuições dos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela para erigir a noção conceitual cara ao seu pensamento sistêmico, quer seja a de autopoiesis, como veremos adiante.

As ideias a serem apresentadas conduzem o leitor pelas vias do construtivismo operativo luhmanniano, em especial através das obras *La realidad de los medios de masas* (LUHMANN, 2000) e *La sociedad de la sociedad* (LUHMANN, 2006). Luhmann (2000, p. 9) coloca questão de fundamental importância para o esclarecimento de um tal construtivismo: para o autor, a realidade primeira não está no “mundo de fora”, mas nas operações cognitivas em si. Assim explica:

O construtivismo operativo de nenhuma maneira duvida que exista o mundo circundante (entorno). Se duvidasse, o conceito de limite do sistema não teria sentido, posto que se suporia que não existe o outro lado do que pressupõe. A tese do construtivismo operativo não conduz a uma negação do mundo e não discute que não haja realidade. No entanto, não pressupõe que o mundo seja um objeto, mas ao invés disso o considera como já refletiu a fenomenologia: como horizonte inalcançável. Por esta razão não existe outra possibilidade que não seja a de construir a realidade e eventualmente observar como os observadores constroem a realidade.¹ (LUHMANN, 2000, p. 9-10, tradução nossa).

A comunicação possui função de destaque para a teoria do autor, como criação de informação por meio de sistemas, sendo os meios de comunicação sistemas observadores que dão a ver esta observação a outros observadores. A observação seria, portanto, criação de realidade, e a observação de observação, criação de realidade a partir de criação de realidade, ou melhor, realidade duplicada.

1 Livre tradução: “El constructivismo operativo de ninguna manera duda que exista el mundo circundante (entorno). Si dudara, el concepto de límite del sistema no tendría sentido puesto que se supondría que no existe el otro lado que presupone. La tesis del constructivismo operativo no conduce a una negación del mundo y no discute que no haya realidad. Sin embargo, no presupone que el mundo sea un objeto, sino más bien lo considera como lo reflexionó ya la fenomenología: como horizonte inalcanzable. Por esta razón no existe otra posibilidad que la de construir la realidad y eventualmente de observar como los observadores construyen la realidad.”.

A obra do autor é bastante extensa: calcula-se que Luhmann tenha escrito algo em torno de 60 livros e cerca de 370 artigos. Nosso interesse no presente ensaio é o de acercar-se das contribuições luhmannianas dirigidas aos objetos técnicos, principalmente no tocante à teoria do sistema social dos meios de comunicação de massa.

4.1 OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS

Luhmann (2006) se debruça sobre a sociedade moderna enquanto sistema social. Em seu funcionamento autológico, o sistema da sociedade não pode ser visto de fora, como explica Luhmann (2006, p. 5, tradução nossa):

O termo 'sociedade' não está associado, de fato, a uma representação inequívoca, e o geralmente designado como 'social' tampouco mostra referências objetivas uniformes. Além disso, o intento de descrever à sociedade não pode fazer-se fora da sociedade: faz uso da comunicação, ativa relações sociais e se expõe à observação na sociedade. [...] ao realizar o descrito, a descrição também se descreve a si mesma.²

A própria Sociologia, criada para ser ciência dos fatos sociais, não se detém na constatação de que é ela mesma já um fato — não se exime, nem paira incólume sobre os pressupostos da sociedade. Na Sociologia, Talcott Parsons fora o único propositor, antes de Luhmann, de teoria sistêmica para a compreensão social — a teoria geral do sistema da ação —, a qual, para a abordagem de Luhmann, mostra-se como teoria limitada.

A sociologia clássica estaria, para Luhmann (2006), aferrada ao que chama, referenciando o epistemólogo francês Gaston Bachelard (2006), de obstáculos epistemológicos³ — entraves ao desenvolvimento da ciência e à persecução das explicações científicas, os quais se observam a partir da manutenção de antigas tradições frente aos novos problemas dispostos através da crescente complexificação da sociedade —, no caso, quatro obstáculos se destacam: (1) A sociedade se constitui por homens e relações entre humanos — o obstáculo humanista consiste no tratamento da sociedade como sendo um composto de seres humanos e suas relações. Luhmann (2006) afirma, contrariamente, que a sociedade, enquanto macrosistema que é, prescinde das pessoas para existir, posição que lhe rendeu uma das principais críticas dirigidas ao seu trabalho, a de que a sua teoria seria anti-humanista, controvérsia que, inclusive, tangencia a posição de reagregação latouriana entre humanos e não humanos; (2) A sociedade é integrada por consenso entre humanos — Luhmann responde a tal obstáculo nitidamente durkheimiano, afirmando que a concordância não é

2 Livre tradução: "Al término 'sociedad' no se asocia de hecho una representación unívoca, y lo usualmente designado como 'social' tampoco muestra referencias objetivas uniformes. Además, el intento por describir a la sociedad no puede hacer-se fuera de la sociedad: hace uso de la comunicación, activa relaciones sociales y se expone a la observación en la sociedad. [...] al realizar lo descrito, la descripción se describe también a sí misma."

3 Bachelard (2006) afirma que o problema do conhecimento científico é da ordem do obstáculo. E não são obstáculos externos, por serem os fenômenos complexos e de difícil apreensão, nem oriundos da fraqueza dos sentidos humanos, mas obstáculos que compõem a própria ação de conhecer.

condição *sine qua non* para o estabelecimento da sociedade, pois é possível que haja sociedade mesmo com a discordância entre os homens; (3) Sociedades são unidades regionais — geograficamente, obstaculizam-se as sociedades como unidades territoriais, parcelas de regiões, mostrando-se insustentável pensar, por exemplo, a sociedade informacional ou a confluência entre circuitos informativos e os espaços urbanos (DI FELICE, 2009); (4) Sociedades podem ser vistas de fora, como grupos ou territórios — por último, o obstáculo da teoria do conhecimento: a noção de que é possível observar a sociedade fora dela, de um lugar privilegiado, ao que Luhmann (2006) rechaça afirmando que a Sociologia não está fora da sociedade.

O construtivismo enquanto perspectiva metodológica não está preocupado em descrição correta da realidade, mas de fazer com que a investigação *se perceba* em processo, produzindo-se enquanto informação imersa em sistema (LUHMANN, 2006, p. 22), naquilo que o antropólogo Massimo Canevacci (2001) denomina por “fazer-se ver” — a observação observadora. O intento, contudo, não visa apenas à crítica pela crítica das versões teóricas anteriores na Sociologia, mas à complementaridade, no sentido de sofisticar a interpretação de contextos complexos e heterogêneos, principalmente através do diálogo entre relações postas como distantes. Trata-se de operacionalizar comparação funcional, o que está no cerne da verificabilidade das diferenciações entre sistemas. A sociedade moderna, por exemplo, se processa por autonomização funcional de seus sistemas parciais, na qual o sistema total participa dessa auto-organização e autorreprodução dos sistemas parciais não mediante o controle, mas por meio de estruturação dada por diferenciação (LUHMANN, 2006).

4.2 SISTEMA, ENTORNO E SENTIDO

Luhmann conceitua sistema como conjunto de caracteres que se relacionam, formando um conjunto fechado que se diferencia do seu exterior, e, por isso mesmo, acaba por produzir algo. O sistema seria a delimitação de possíveis, diferencialmente estruturados, dentre infinitos possíveis do mundo complexo. Todo sistema pressupõe a diferenciação entre um dentro e um fora, como explica Luhmann: “Por sistema social deve aqui entender-se uma conexão de sentido das ações sociais, que se referem umas às outras e se podem delimitar de um meio ambiente de ações não pertinentes.” (LUHMANN, 2005b, p. 75). O sistema coloca todas as operações no estado daquele momento, e toda vez que opera o faz de forma única e constrói a todas as repetições de forma artificial no modo de operar (LUHMANN, 2006, p. 104).

Entorno é tudo aquilo que excede ao sistema, localizando-se, por isso mesmo, na fronteira dos sistemas. O observador não possui acesso ao entorno e nem qualquer relação com ele. A única forma de manter contato com o entorno seria através

de seletividade, por referência a outros sistemas. A observação e a descrição de um entorno apenas se dá quando estabelecemos a distinção entre sistema e entorno. Funda-se então nessa assimetria: entorno é sempre entorno e o paradoxo da unidade da diferença entre sistema e entorno é o mundo (LUHMANN, 1994, p. 31).

Luhmann (2006) salienta que a relação estabelecida entre sistema e entorno é inalcançável, sendo as operações do sistema definidas nos termos de observações, as quais efetuam distinção entre sistema e entorno por autorreferência e heterorreferência, operação esta desempenhada no interior do próprio sistema. Luhmann (2006) chama de *re-entry* o duplo movimento dado pela diferença produzida pelo sistema e observada no próprio sistema. E para a rearticulação do sistema em nova disposição, o recurso à memória de estados já selecionados anteriormente se faz presente, no que compõe, grosso modo, sua característica autopoietica. O construto da *re-entry* seria justamente o sentido.

Sentido é o que promove a mediação da seleção de possíveis. “Sentido é seleção *a partir* de outras possibilidades; é portanto, ao mesmo tempo, referência *a* outras possibilidades. O donde da seleção, a complexidade reduzida, permanece preservado no sentido.” (LUHMANN, 2005b, p. 79, grifos do autor). O sentido é dessa forma, substância do comportamento sistêmico, como os sistemas de consciência e os sistemas sociais, possuindo estes certa duração no tempo, buscando estabilidade na dinamicidade da renovação do já conhecido pela informação nova. Aliás, é a temporalidade do sentido o que define, ou não, uma coisificação do social (LUHMANN, 2006, p. 35). Num momento seguinte, aquele sentido já pode ser outro porque outros observarão de outras formas — são perspectivas dotadas de mobilidade temporal.

Múltiplas e infindas são as possibilidades de observação através dos variados sistemas. Ao discutir sobre a permanência das coisas quando estas saem da nossa vista, Luhmann (2006, p. 31) afirma que ao tratarmos de operações com sentido sempre reproduzimos a presença do excluído. O sentido seria, então, caracterizado pela diferenciação entre atualidade e possibilidade. Atualidade é o movimento de renovação operativa do sistema, em que são realizados estados outros, como explica o sociólogo Pierre Lévy (1999, p. 48-49, grifo do autor) a respeito da distinção entre virtual e atual: “Um mundo virtual — considerado como um conjunto de códigos digitais — é um *potencial de imagens*, enquanto uma determinada cena, durante uma imersão no mundo virtual, atualiza esse potencial em um contexto particular de uso.”.

A sociedade é o macrosistema que engloba os inúmeros subsistemas sociais e é essa a função principal dos sistemas sociais: apreender e reduzir a complexidade do mundo. E com isso, paradoxalmente, complexificá-lo ainda mais.

4.3 AUTOPOIESE

Produzir-se a si mesmo. Esta é a lógica operacional que os sistemas realizam para a manutenção da diferenciação em relação ao entorno. A autopoiese advogada pelo conceito biológico de Maturana e Varela determina que o funcionamento dos sistemas orgânicos é o de serem produtor e produto de si mesmos. Luhmann se apropria do conceito afirmando que nada entra do ambiente externo para o sistema. E é assim, através da dinâmica interna, que se atinge a especificidade do sistema, a sua diferenciação. Essa diferença é o que produz novas respostas no sentido de uma evolução. A operação que realiza a autopoiese do sistema, no caso dos sistemas sociais, é a comunicação.

A comunicação também é genuinamente social porque de forma alguma e em nenhum sentido pode produzir-se uma consciência “comum” coletiva: a comunicação funciona sem que possa alcançar ao consenso no pleno sentido de um acordo verdadeiramente completo.⁴ (LUHMANN, 2006, p. 58, tradução nossa).

Autopoiética, a comunicação só se produz recursivamente com outras comunicações. Cada comunicação contribui para com a reprodução do sistema. Autopoiese é, portanto, mecanismo que é explicado pelo fato de que cada operação de comunicação renova a distinção autorreferência/heterorreferência, autorreproduzindo-se, assim, o sistema.

4.4 CLAUSURA OPERATIVA E ACOPLAMENTOS ESTRUTURAIS

O meio externo não age diretamente sobre os sistemas, mas promove a autoprodução do sistema com base nos estímulos externos, o que provoca irritações através de círculos de diferenciação. Ao se diferenciar, o sistema gera produção que se exterioriza e por sua vez será apropriada fora do sistema e reutilizada para a construção de novas diferenças — diverso do movimento bourdieusiano do contato mais aberto entre objetivação da subjetividade e subjetivação da objetividade. Trata-se de ciclo operacionalizado na forma de acoplamentos estruturais.

A clausura operativa significa que dentro do escopo das operações de um sistema não há contato com o entorno. Qualquer observação do entorno só se dá dentro do sistema em si, sendo uma atividade interna ao sistema e pressupondo, para isso, a distinção autorreferência/heterorreferência. Pode-se argumentar: como

⁴ Livre tradução: “La comunicación también es genuinamente social porque de ningún modo y en ningún sentido puede producirse una conciencia ‘común’ colectiva: la comunicación funciona sin que pueda llegarse al consenso en el pleno sentido de un acuerdo verdaderamente completo.”

o sistema configura relações com o entorno já que não pode estabelecer contato, senão apenas através do próprio referir? Os acoplamentos estruturais são mecanismos que articulam as estruturas possíveis de realização da autopoiese do sistema. O sistema toma pontos de referência tirados da memória ou dos acoplamentos, assim como um corpo toma consciência das suas possibilidades de movimentação no terreno onde anda.

Os chamados acoplamentos estruturais são fundamentalmente mecanismos de interdependência entre sistemas e suas inúmeras funções (LUHMANN, 2000, p. 98). Pode-se falar de acoplamentos estruturais, por exemplo, entre meios de comunicação de massa e política, operando-se influências das notícias sobre o meio político. A comunicação, inclusive, está acoplada estruturalmente à consciência, sendo possível por meio da linguagem. Luhmann (2006) explica que o sistema autopoietico da comunicação depende de acoplamentos estruturais com sistemas de consciência e a consciência por sua vez depende de acoplamentos estruturais com o seu sistema nervoso.

Outro mecanismo de acoplamento estrutural é o dos esquematismos, *frames*, *scripts*. Esquemas podem ser de tempo passado/futuro ou códigos de preferência do estudioso, como bom/mau, verdadeiro/falso. Em situações concretas, esses esquemas servem para qualquer circunstância, cumprindo com o fim de preencher lacunas, funcionando como redutores de complexidade estrutural para articular a complexidade operativa.

4.5 COMPLEXIDADE E OBSERVAÇÕES DE SEGUNDA ORDEM

Dentro da Teoria dos Sistemas Sociais, complexidade diz respeito à consideração do todo, como explica Luhmann (2005b, p. 77): “Por complexidade deve aqui entender-se, numa primeira abordagem a este conceito difícil, a totalidade dos acontecimentos possíveis. [...] O conceito de complexidade designa sempre uma relação entre sistema e mundo, nunca um estado do ser.”. A redução da complexidade não significa aniquilação, mas operação, dentro da complexidade — um movimento contínuo entre atual e potencial.

A observação de segunda ordem é o método empregado na teoria de Luhmann. Não se coloca, através dele, a ideia de complexidade como algo transparente, mas pergunta-se como se observa. Sobre isso, deve-se levar em conta o observador e suas ideias — ou conceitos. Metodologia que contém uma ordem autológica, ou seja, reconhece-se que se trata de observação e é isso que garante a clausura cognitiva da relação com a complexidade.

Observar é fundamentalmente distinguir e indicar (LUHMANN, 2006, p. 48). O sistema dos meios de comunicação, como sistema que opera de forma fechada, não interage com o meio, mas o *observa*, sendo observador de observadores (indivíduos) e por isso considerado como observador de segunda ordem. Ao observar, promove diferença entre autorreferência — o observar-se a si mesmo — e heterorreferência — a observação dos observadores, conduzindo às chamadas irritações do sistema.

Os elementos e formas de produção não devem aparecer no objeto. De outro modo, não seria possível diferenciar autorreferência à heterorreferência. “[...] o observador pode se concentrar na vivência e nos motivos dos personagens introduzidos no texto e, neste sentido, aprender a forma de observação de segunda ordem.”⁵ (LUHMANN, 2000, p. 84, tradução nossa). Esse processo de observação de um observador se dá apenas em retrospecto, pois a historicidade é o que possibilita que seja reconstruída a lacuna, o *gap* envolvido no processo de comunicação concernente a um dado sistema.

4.6 Comunicação

A teoria social de Luhmann se fundamenta no fato de que a base da sociedade é a comunicação: “Sem comunicação não existem relações humanas nem vida humana propriamente dita.” (LUHMANN, 1992, p. 39). Tudo o que é comunicação é também sociedade. A comunicação é uma forma que se autodesenvolve e os seres humanos se acoplam ao processo comunicativo através da linguagem. E é entre a consciência e a comunicação que se dá processo complexo. Essas operações se estimulam, mas não determinam uma a outra, pois estão em diferentes oscilações. As operações negociam sua interdependência; são autônomas. Luhmann atenta para que, ao tratarmos de teorizar a comunicação, não nos limitemos apenas ao estudo da convivência social ou das técnicas. É preciso pensar a improbabilidade, os processos improváveis, porém possíveis.

Ao conceber a natureza como uma improbabilidade superada acede-se a uma nova dimensão a partir da qual se pode valorizar o que já se conseguiu e o que falta melhorar; torna-se então patente, pelo menos, que toda a destruição de uma ordem remete para a improbabilidade de uma reconstrução. (LUHMANN, 1992, p. 41).

A comunicação é improvável (LUHMANN, 1992, p. 41), mesmo que cotidianamente a experimentemos e a pratiquemos. A improbabilidade primeira se refere ao fato de que ninguém compreende o sentido do que o outro diz, devido à individualização da consciência, o que só pode, de outra forma, acontecer através do

⁵ Livre tradução: “[...] el observador se puede concentrar en la vivencia y en los motivos de las personas introducidas en el texto y, en este sentido, aprender la forma de observación de segundo orden.”

contexto, mas mesmo o contexto depende do que a memória dispõe (LUHMANN, 1992, p. 42). A segunda improbabilidade é a não disseminação de informação a mais pessoas do que aquelas que estão envolvidas em dada situação, o que coloca limites de espaço e tempo para a comunicação. O terceiro pressuposto improvável é o da consecução do objetivo da comunicação, quer seja a aceitação pelo outro daquilo que lhe é comunicado, pois o mero entendimento de um conteúdo não corresponde em automático à adoção deste em incorporação por parte do receptor.

Afinal, quanto mais entendemos uma comunicação, mais elementos possuímos para rejeitá-la. Luhmann (1992, p. 43) explicita seu entendimento de aceitação da comunicação: “A aceitação como premissa do próprio comportamento pode significar atuar em virtude das diretrizes correspondentes, bem como experimentar, pensar e assimilar novos conhecimentos, supondo que uma determinada informação seja correta.”.

“Ora, sem comunicação não podem formar-se sistemas sociais.” (LUHMANN, 1992, p. 44). A transformação das improbabilidades em probabilidades exercem influência sobre a formação sociocultural de sistemas sociais, muito mais no sentido de seletividade do que de crescimento linear. Tais improbabilidades estão em constante diálogo, fornecendo coesão à própria condição do impossível.

Luhmann (1992) entende que à comunicação não é facultada a função de resolução dos problemas entre os homens, mas tende a fundamentar-se em mútua propensão à exacerbação dos problemas. Dessa forma, a comunicação, ao invés de tornar comum o mundo, divide-o, diferencia-o (LUHMANN, 1994). O geógrafo Yi-Fu Tuan (1980), em seu trabalho sobre a relação afetiva entre o indivíduo e o lugar, no fenômeno por ele denominado como *topofilia*, debruça-se sobre as questões ambientais, afirmando que duas pessoas não percebem uma mesma realidade de forma unívoca, ou mesmo dois ou mais grupos sociais também não o fazem. Dessa forma, a comunicação promove formação de sistemas sociais através do paradoxo da cisão no mundo. Falar sobre o mundo é operação de reprodução que é já, em simultâneo, diferenciação. Mas como dizer ao mesmo tempo constituição e diferenciação? Para Luhmann (1994), a própria diferença constitui uma unidade, como comunicação e não comunicação, ou seja, enquanto paradoxo:

[...] o mundo pode vir ao mundo apenas como paradoxo. No entanto, isso é precisamente possível através da promulgação da comunicação. Para que isso aconteça, nenhuma análise lógica do conceito de paradoxo é necessária, e portanto nos referimos à tradição desse conceito na retórica e não na lógica.⁶ (LUHMANN, 1994, p. 26, tradução nossa).

6 Livre tradução: “[...] the world can come into the world only as paradox. Yet precisely this is possible through the enactment of communication. For this to happen, no logical analysis of the concept of paradox is required, and we therefore refer to the tradition of this concept in rhetoric rather than in logic.”.

A comunicação circula paradoxalmente em si mesma e se o mundo é incluído na comunicação ele o é como a contradição em termos de uma unidade de diferença. Na linguística já se coloca o problema de que toda operação produz um diferente. Essa operação sempre se dá por um acoplamento e tal acoplamento só ocorre por seletividade, o que produz novas possibilidades.

A escrita, por exemplo, promove fissura entre conteúdo e processo de significação entre presentes quando *deslocaliza* a interação, *individualizando* sujeitos que de outra monta estariam reunidos em torno de uma situação-conteúdo-em-comum.

Haveria que perguntar-se se as estruturas da sociedade moderna não serão constituídas de tal forma que em si mesmas dificultem reciprocamente as soluções dos problemas e originem constantemente novos problemas derivados dos anteriores. (LUHMANN, 1992, p. 45).

Todo sistema consiste em conversão da improbabilidade da comunicação em probabilidade. As mudanças na técnica e as formas exitosas de comunicação precisam ser entendidas no contexto relacional. “Igualmente pode supor-se [...] que também os meios de comunicação de massas organizados limitam seletivamente a constelação de atitudes e disposições, na qual podem incidir também outros subsistemas da sociedade.” (LUHMANN, 1992, p. 41).

Consciência e comunicação são dois pontos distintos. Parte da operação de conhecimento está constituída como comunicação, conformação social. A operação da consciência é uma e a da comunicação é outra. Não existe, portanto, transmissão de sentido de uma consciência a outra — crítica à ideia de intersubjetividade, própria aos fenomenólogos.

A comunicação possui independência enquanto sistema de operações. O fenômeno comunicativo é binário, 0/1, sim/não, consenso/dissenso. Portanto, a comunicação para Luhmann seria: (1) Autodesenvolvimento; (2) Construção de limite expandido ao passo em que se desenvolve; (3) Máquina histórica, em que a operação seguinte é apoiada em sua predecessora.

A sociedade é rede de comunicação universal e na comunicação são adicionados fenômenos abstratos como Deus, poder, amor, cidade... Isto traduz uma ordem emergente, um mundo que não se dá por coincidência literal com as condições de possibilidade de onde surge, mas que realiza um devir. Sociedade seria uma ordem emergente, universo possível de todas as comunicações possíveis.

A comunicação próspera é aquela que estabelece conexões com qualquer dos sistemas sociais. Os *mass media* são uma galáxia dotada de códigos peculiares, como

os jogos eletrônicos assim o são. Eles transformam os temas, como arte, arquitetura, contexto social, violência, normas sociais, vida urbana, ao passo em que nas mídias temos o binário analogia/dessemelhança.

4.7 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E OBJETOS DE ENTRETENIMENTO

Quando falamos em meios de massas subentende-se que se tratam de meios que comunicam a sujeitos não presentes à instância da produção. Para além do entendimento de linguagem como um meio de dominação por uma unidirecionalidade do sentido, admitimos, junto com Luhmann (1992) que a linguagem abre possibilidades de comunicações subsequentes.

A própria denominação meios de comunicação de massa não dá conta dos meios de difusão (LUHMANN, 1992, p. 47). É já a partir da técnica da escrita que ocorre a precessão do face a face.

Os meios de difusão podem fazer uso da escrita, mas também de outras formas de transmissão de informações. O efeito seletivo que exercem sobre a cultura é praticamente incalculável, já que ampliam enormemente a memória, ainda que pela sua seletividade limitem os dados disponíveis para comunicações ulteriores. (LUHMANN, 1992, p. 47).

Luhmann busca meio que dê conta da totalidade das formas que possam levar a comunicação improvável a estado de probabilidade, somando aos meios de comunicação de massa e aos meios de difusão, o tipo denominado pelo autor de “meios de comunicação simbolicamente generalizados” (LUHMANN, 1992, p. 48):

Os meios de comunicação simbolicamente generalizados só surgem no momento em que a técnica de difusão permite ultrapassar os limites da interação entre os presentes e programar informações para um número desconhecido de sujeitos ausentes e situações que não se conhecem ainda com exatidão. (LUHMANN, 1992, p. 48).

Critica o autor a limitação com que se estudam os meios de comunicação de massa, pois se voltam com excessiva atenção para o termo “massa”, centrando-se nos efeitos, julgados corrosivos, dos meios sobre os comportamentos individuais. Apesar da possibilidade de uma tal abordagem, a restrição a essa feita desconsidera elementos importantes das transformações, das constituições do sistema da sociedade em subsistemas plurais. É preciso que haja coordenação entre subsistemas (LUHMANN, 1992, p. 51), como família, política, educação, direito, para que os efeitos funcionem. Uma tal posição epistêmico-metodológica do autor demonstra o real problema por trás de uma espécie de demonização de autores e suas contribuições teóricas para uma ciência como a Sociologia.

Latour (2012), Bourdieu (2007) e Luhmann (2006) possuem posições teóricas nitidamente opostas entre si. Não quer isto dizer que Latour e Luhmann estão errados e Bourdieu está certo; ou Luhmann está certo, Latour está parcialmente certo e Bourdieu completamente equivocado. Trata-se de conduta ética e madura por parte do pesquisador saber enxergar suas próprias escolhas teóricas como perspectivas em paralaxe, em que cada autor ou corrente teórica possuem distância diferente e relativa diante de um mesmo objeto, mas, sobretudo, trata-se de considerar e respeitar fundamentalmente as especificidades próprias a cada problema de pesquisa e a cada objeto, pois, do contrário, a adoção de certa perspectiva poderá resultar em observação longínqua da questão, reforçando ainda mais os infindáveis muros que nos apartam da compreensão dos fenômenos sociais.

O sistema dos meios de comunicação é caracterizado por alto nível de complexidade em função dos inúmeros subsistemas que são criados e recriados periodicamente. O sistema reduz a complexidade do exterior no seu interior, mas ao mesmo tempo produz novos elementos que promovem um aumento da complexidade. De acordo com Luhmann (2000), os meios de comunicação são sistemas observadores de heterorreferência e precisam construir a realidade de forma diversa, por meio de três modalidades, ou seja, enquanto noticiário, publicidade e entretenimento.

A comunicação também acontece acima dos sujeitos, numa desantropomorfização presente à teoria. Para Luhmann (2001), é passível de crítica o fato do indivíduo se encontrar na centralidade das relações e sua autonomia nos *media* diante do neoliberalismo da sociedade ocidental contemporânea, pois o próprio poder que é dado ao indivíduo está dentro de um programa de controle, no sentido de que o sujeito *deve* exercer as supostas centralidade e autonomia comunicacional. As operações, portanto, é que são centralizadas.

No âmbito dos meios, Luhmann, em razão do seu estudo se dar na década de 1990, considera o jornal, o rádio e a TV, não compreendendo a internet e nem muito menos os jogos eletrônicos. Além disso, os aparatos tecnológicos e suas materialidades, tais como *chips*, fibras óticas, também não entram no escopo analítico, já que para o autor estes não portam sentido.

Como para as notícias jornalísticas, por exemplo, a presunção de verdade é fundamental, os meios não se orientam pelo código verdade/falsidade, mas pelo específico de seu programa: informação/não informação. A informação que vem dos meios, a exemplo do módulo do entretenimento, é tomada como construção da realidade nos termos de uma realidade ficcional, afinal “o que sabemos sobre

a sociedade e até mesmo o que sabemos sobre o mundo, o advertimos através dos meios de comunicação para as massas.”⁷ (LUHMANN, 2001, p. 1, tradução nossa).

A nossa crença de que nos manipulam não produz consequências, pois o conhecimento que advém dos meios se faz de material que a si mesmo se reforça, não necessitando da nossa adesão. Luhmann (2001) entende por meios de massa todas as disposições da sociedade que se servem de meios técnicos com vistas à propagação da comunicação, com produção numerosa e dirigida a receptores desconhecidos. Apenas os produtos de origem maquínica, portadores de comunicação, devem ser entendidos como diferenciação de um sistema em específico dos meios de comunicação de massa. Mas, principalmente, o que constrói essa diferenciação é a não interação presente entre emissor e receptor, através do rompimento do contato imediato. É justamente a partir da condição de ruptura interacional que são gerados excedentes de comunicação:

Graças a esta ruptura, produzem-se excedentes de comunicação que só se controlam no interior do sistema mediante auto-organização e mediante uma construção própria da realidade. Nisto entram em jogo dois tipos de seletores que não podem ser coordenados de maneira centralizada: a disposição de emitir a comunicação e o interesse de conectar-se a ela.⁸ (LUHMANN, 2001, p. 3-4, tradução nossa).

Cada operador do sistema toma a parte que lhe interessa daquela oferta comunicativa, aquilo que acha que precisa saber, condição estrutural que interfere na realização dos meios. Quando fala da realidade dos meios de massa Luhmann identifica uma ambivalência no texto, que parece tomar a forma de operar das tecnologias como uma sequência operativa de comunicação, mas o autor desconsidera as disposições técnicas, as materialidades da comunicação, caras a Hans Gumbrecht (2010), ou mesmo a Latour (2012). A forma de operação da máquina não entra no sistema dos *mass media*. A “realidade real” dos meios é a comunicação ininterrupta levada a cabo com eles (LUHMANN, 2000, p. 5).

É só assim que o sistema se reproduz e se diferencia do entorno. Acima temos as operações reais, porém Luhmann também propõe um segundo sentido sobre o que vem a ser a realidade para os meios, não mais como uma sequência de operações, mas como sequência de observações (LUHMANN, 2000, p. 6).

Para chegar a essa dimensão de compreensão dos meios se faz necessário observar a observação que os meios efetuam. Sobre a operação temos observação de

7 Livre tradução: “Lo que sabemos sobre la sociedad y aun lo que sabemos sobre el mundo, lo advertimos a través de los medios de comunicación para las masas.”

8 Livre tradução: “Gracias a este rompimiento, se producen excedentes de comunicación que sólo se controlan en el interior del sistema mediante autoorganización y mediante una construcción propia de la realidad. En esto entran además en juego dos tipos de seletores que no pueden quedar coordinados de manera centralizada: la disposición de emitir la comunicación y el interés de conectarse a ella.”

primeira ordem e sobre aquilo que aparece como realidade nos meios, “[...] é necessário introduzir um observador de segunda ordem, um observador dos observadores.”⁹ (LUHMANN, 2000, p. 6, tradução nossa). Há, portanto, uma duplicação de realidade na qual está instaurado o sistema de observação meio de comunicação de massa.

Meios comunicam sempre alguma coisa, que pode se referir a eles mesmos ou a algo diverso, apresentando duplicidade por natureza (autorreferencialidade como *dessemelhança* para com o entorno e heterorreferencialidade enquanto *analogia* para com o entorno). Jogos eletrônicos, por exemplo, são sistemas autorreferenciais com forte apelo à heterorreferencialidade. No entorno do sistema não se considera a distinção entre auto e heterorreferência, e é por isso que deve acontecer no interior do próprio sistema.

A realidade, assim como o social, não seria uma qualidade ou substância, mas um indicativo interno da operação do sistema: “A realidade não é mais do que um indicador das provas de consistência exitosa do sistema.”¹⁰ (LUHMANN, 2000, p. 10, tradução nossa); a realidade é aquilo que é processado no sistema a fazer sentido.

Dá-se a pergunta: como os meios de massa constroem a realidade? Ou como podemos descobrir a realidade de suas construções da realidade? Luhmann afirma que o caminho não é perceber como os meios desvirtuam a realidade, pois isso pressupõe uma ideia ontológica de realidade livre de construções. Procedamos, outrossim, a uma comparação entre uma construção de realidade com outra, o que nos leva a uma questão final: como os meios constroem a realidade para as massas? É aqui onde o não humano adquire sua força de agência total, sua semi-humanidade: a ação dos objetos técnicos não se circunscrevem, nem se esvaem entre relações fugidias e banais, ao contrário do que vimos nas propostas latourianas da TAR. Trata-se aqui da influência dos meios nas ações sociais e isso só se dá através do acoplamento de uma teoria dos meios de comunicação dentro de uma teoria geral da sociedade moderna. Essa inserção é feita mediante a justificação de Luhmann acerca da função que os meios exercem na sociedade enquanto sistema.

Apesar de fecharem-se em uma clausura operacional, os *media* dependem da sociedade e dos temas de comunicação. “Os temas são o requisito inevitável da comunicação: representam a heterorreferência da comunicação. Os temas organizam a memória da comunicação; atam as contribuições em certos contextos complexos

⁹ Livre tradução: “[...] es necesario introducir un observador de segundo orden, un observador de los observadores.”

¹⁰ Livre tradução: “La realidad no es más que un indicador de las pruebas de consistencia exitosa del sistema.”

[...].”¹¹ (LUHMANN, 2000, p. 17, tradução nossa). Ao nível dos temas é que temos relação constante entre autorreferência e heterorreferência, o que se dá, repetimos, dentro do sistema de comunicação. Há uma recursividade pública — produções de comunicação no entorno dos meios — e são os temas que promovem o acoplamento estrutural entre meios de massas e os demais campos da sociedade. Os meios, portanto, fazem impor a aceitação de temas, mesmo que isso não signifique a tomada de posição, os sentidos ou os valores.

O próprio sistema dos meios de massa experimenta suas consequências. O sistema não se orienta em função do entorno, mas de sua autodistinção entre autorreferência e heterorreferência. A exclusão da interação entre presentes se deve à imprensa, remontando até mesmo ao advento benjaminiano da reproduzibilidade técnica com a supressão da fruição estética e da interação midiática dada em um lugar físico único. É disso que se alimenta a autopoiesis: o sistema se basta em si, na sua própria operação, reproduzindo-se a si mesmo.

Qualquer informação é pré-orientada. São eleitos elementos possíveis de se tornarem comunicação. Por isso se faz necessário um programa, algo que determina o que se pode esperar em termos de informação. É necessário pensarmos que há dupla seleção: aquela que se pode encontrar na interação do sistema e a seleção da informação primeira, pois a informação está onde houver consciência ou comunicação. Luhmann (2000) atenta para o fato de que informação não combina com repetição, pois, do contrário, torna-se não informação. O valor de informação está naquilo que não é repetido. Característica marcante dos meios de comunicação é a da produção constante de informação nova. A redundância produzida pelos meios faz com que todos conheçam a informação, o que gera a não informação, a não produção de informação nova. E sabemos que a sociedade moderna *vive* de novas informações.

Desta forma, os meios de massas servem na sociedade para produzir e processar estímulos. Além disso, o conceito de estimulação pertence à teoria dos sistemas clausurados em sua operação e serve para designar a forma pela qual o sistema produz ressonância, a partir de acontecimentos que ocorrem no entorno, embora a própria operação só circule internamente ao sistema e não possa entrar em contato com o entorno [...].¹² (LUHMANN, 2000, p. 34-35, tradução nossa).

A análise do sistema dos meios de comunicação passa pelo mesmo processo de análise de quaisquer outros sistemas, como o sistema do direito, o sistema econômico, e com todas as diferenças conduz também ao que há de comparável entre

11 Livre tradução: “Los temas son el requisito ineludible de la comunicación: representan la heterorreferencia de la comunicación. Los temas organizan la memoria de la comunicación; anudan las aportaciones en ciertos contextos complejos [...]”.

12 Livre tradução: “De esta manera los medios de masas sirven en la sociedad para producir y procesar estímulos. También el concepto de estimulación pertenece a la teoría de los sistemas clausurados en su operación y sirve para designar la forma mediante la cual el sistema produce resonancia, a partir de acontecimientos que suceden en el entorno, aunque la propia operación sólo circula internamente al sistema y no puede entrar en contacto con el entorno.”.

o sistema dos meios e outros sistemas. Podemos articular a análise por meio da comparação e inferências sobre as indicações do código de função de outro sistema. Só o sistema dos meios de massas torna a diferença reflexiva para distinguir entre as operações pertencentes ou não ao próprio sistema.

Luhmann (2000) afirma que o modo de seleção dos meios de massas é autônomo e que o sistema pressupõe a si mesmo — a sua função como ponto de referência de sua operação. Ou melhor, a estrutura dos meios condiciona a comunicação que se possa desenvolver a partir dos meios.

O entretenimento é campo programático diverso entre os meios. Apesar de não procurar explicitar os princípios de capacidade de entreter do entretenimento, as expectativas e as razões pelas quais alguém precisa de entretenimento, Luhmann (2000, p. 75, tradução nossa) assim o descreve:

Evidentemente, o entretenimento é um componente moderno da cultura do tempo livre, que tem como função eliminar o tempo que sobra. No contexto dos meios de comunicação de massas, permaneceremos no problema da construção da realidade e na pergunta de como a codificação informação/não informação produz efeitos neste campo do entretenimento.¹³

Procurando dissertar com base no modelo geral do jogo esportivo, televisivado, Luhmann demonstra que a transmissão de uma partida se dá mais como entretenimento do que como notícia:

O jogo é também uma espécie de duplicação da realidade, onde a realidade é tomada como jogo com respeito à realidade normal, sem que necessariamente se tenha que negar a realidade. Nesta segunda realidade (a do jogo) deve haver uma condição especial de limite ao que se considera a condução normal da vida como a realidade real [...]. Durante o jogo, não é que se passe a outro modo de condução da vida, senão que se está apenas entretido sem estar carregado de outras coisas e sem dar oportunidade a outras coisas. Mas **isso não significa que a realidade real exista somente antes ou depois do jogo**. Em vez disso, tudo o que existe, existe simultaneamente. O jogo remete sempre, em cada uma das suas operações, a existente e simultânea realidade real.¹⁴ (LUHMANN, 2000, p. 76, grifo nosso, tradução nossa).

É exatamente este o ponto: não há uma tal cisão da realidade diante da prática de jogo. A realidade real, expressão usada por Luhmann, não está além ou aquém do jogo, mas perpassa a prática e o contexto social oculto em sua operacionalidade, mesmo em jogos *não sociais*, como o jogo jogado *solitariamente*. De qualquer forma,

13 Livre tradução: “Evidentemente, el entretenimiento es un componente moderno de la cultura del tiempo libre, que tiene como función eliminar el tiempo que sobra. En el contexto de los medios de comunicación de masas, permaneceremos en el problema de la construcción de la realidad y en la pregunta de cómo produce efectos la codificación información/no información en este campo del entretenimiento.”

14 Livre tradução: “El juego es también una especie de duplicación de la realidad, en donde la realidad se toma como juego respecto de la realidad normal, sin que necesariamente se tenga que negar la realidad. En esta segunda realidad (la del juego) debe haber una condición especial que orilla a que se considere la conducción normal de la vida como la realidad real [...] Durante el juego, no es que se pase a otro modo de conducción de la vida, sino únicamente se está entretenido sin estar cargado de otras cosas y sin dar oportunidad a otras cosas. Pero esto no significa que la realidad real sólo exista antes o después del juego. Más bien, todo lo que existe, existe simultáneamente. El juego remite siempre, en cada una de sus operaciones, a la existente y simultánea realidad real.”

o autor pensa em um corte sobre a realidade — a produção de um segundo mundo de realidade fictícia, através de meio acústico ou ótico (livro, tela, ruídos). Isso se dá em função da acomodação do jogo no tempo do jogador, posto que observa o início e o fim do jogo como um antes e um depois.

Mas o entretenimento não é de nenhuma maneira irreal, no sentido de nada existente. O entretenimento faz surgir objetos reais autoproduzidos; por assim dizer: objetos duplicados que possibilitam o cruzamento das fronteiras entre a realidade real e a realidade fictícia.¹⁵ (LUHMANN, 2000, p. 77, tradução nossa).

Do lado de dentro do objeto temos mundo imaginado, distinto da realidade real, o qual, segundo Luhmann (2000, p. 78) não necessita de regras sociais para funcionar, ou comportamentos sociais a serem coordenados, apenas de informação, o código próprio aos meios de comunicação que os transforma em campo programático do entretenimento. Evidentemente, como vimos, o autor não considerava à época o jogo eletrônico como exemplo de objeto de entretenimento, mas os textos e os filmes.

Há regras tacitamente aceitas pelos jogadores que se querem controladoras de comportamento social deste observador. A este respeito, nossos trabalhos anteriores (ABATH; CARVALHO, 2013) já consideravam a determinação de enquadramentos visuais nos espaços de jogos FPS¹⁶ em função das regras prescritivas ali contidas.

Pois bem, é possível construir-se memória com o auxílio das informações, o que nos levaria à realidade do entretenimento. Informação para Luhmann (2000) é distinção, logo, efetiva-se por uma diferença com relação a outras informações. O que deve aparecer a partir da observação dessa diferença são as ações e decisões dos produtores do objeto, o que coloca a questão dos sujeitos e suas intenções à unidade da história e dá a ver como se constrói uma realidade específica para o entretenimento.

O processamento da informação faz com que se distinga realidade inventada e realidade real, e, inclusive, faz com que se misturem ambas as dimensões, por meio da clausura fictícia. Para tal, construiu-se historicamente, evolutivamente (LUHMANN, 2000), no público aficionado pelo entretenimento, a capacidade de distinção entre realidade real e realidade cênica desde o teatro. “A este público se concedem liberdades na representação que não se permitiriam na realidade: por exemplo, automóveis que correm a velocidades altíssimas.”¹⁷ (LUHMANN, 2000, p.

15 Livre tradução: “*Pero el entretenimiento no es de ninguna manera irreal, en el sentido de nada existente. El entretenimiento hace surgir objetos reales autoproducidos; por así decir: objetos duplicados que posibilitan el cruce de las fronteras entre la realidad real y la realidad ficticia.*”

16 Do inglês *First Person Shooter*, a sigla FPS corresponde aos jogos de tiro em primeira pessoa, gênero popularizado já na década de 1990 a partir de títulos como *Doom* (1993), em que a perspectiva de visão do jogador é colocada à altura dos olhos do avatar no espaço de jogo.

17 Livre tradução: “*Este público se concede liberdades en la representación, que no se permitiría en la realidad: por ejemplo, automóviles*”

80, tradução nossa). Para Luhmann (2000, p. 81), essa experiência com o entretenimento é alucinatória e se conduz por motivos que levam à suspeita de autenticidade — toca o indivíduo e fá-lo refletir sobre sua própria condição vital —, mas o que se sobressai de toda tangibilidade real/ficcional é resultado da avaliação processada pelo sistema social da sociedade.

Realidade duplicada, a qual expande-se historicamente através dos livros, principalmente a novela, causando distinção entre a forma da notícia/reportagem jornalística e as narrações ficcionais, o que nos faz lembrar de outra ingênua discussão acerca da presunção de verdade de certos meios e práticas, a exemplo da fotografia que, em sua associação com o procedimento fotoquímico, em nada era confrontada na sua gênese com a ideia de construção ficcional da realidade, bastando com isso lembrar que até a lente de captação da cena fotografada até hoje é chamada de objetiva. Já os jogos eletrônicos, tema caro a nossas pesquisas, nascem e se perpetuam carregando a insígnia de objetos meramente fictícios, sem qualquer pé na realidade real.

Para responder à questão sobre como os fatos imaginados pelo sistema dos meios de comunicação de entretenimento estão vinculados com a realidade, Luhmann (2000) explica que é preciso, inicialmente, explorar um conhecimento prévio por parte dos espectadores, conhecimento que é reforçado pelo entretenimento. Os temas de um dado objeto variam em função dos mitos da época. Num filme, as distinções são percebidas muito mais a partir de formas de percepção, do contexto da ação, do que das narrativas. Luhmann (2000) afirma que entender essa relação não exige apenas saber a impressão que foi produzida pelo objeto no receptor.

[...] o que ocorre é que cada operação que transcorre no campo fictício da imaginação conduz uma heterorreferência já pronta, ou seja: uma referência à realidade real valorada conscientemente e que permanece como tema de todo ato comunicativo.¹⁸ (LUHMANN, 2000, p. 77, tradução nossa).

O principal ponto de diferenciação no subsistema dos jogos eletrônicos diz respeito à corrida pelo mais alto grau de realismo, ou seja, a busca por mecanismos internos ao sistema que lhe façam referenciar a realidade real, ou seja, que desenvolvam a heterorreferencialidade.

O jogo é um representante do subsistema dos jogos eletrônicos, este vinculado ao campo programático dos meios de comunicação de massa, dentro da categoria do entretenimento. Trata-se, com isso, de incorporação de mais um subsistema,

que corren a velocidades altísimas."

18 Livre tradução: "[...] lo que acontece es que cada operación que transcorre en el campo ficticio de la imaginación lleva aparejada una heterorreferencia, es decir: una referencia a la realidad real valorada conscientemente y que permanece como tema de todo ato comunicativo."

vislumbrando à atualização dos estudos luhmannianos em função das tecnologias interativas de comunicação.

O caráter construtivista operacional da teoria luhmanniana assenta na assunção de que a realidade não é um objeto, mas processo em construção tornado *visível* por meio de observação — no caso, observação de observação do mundo, logo, uma observação de segunda ordem. As observações, geradas por diferenciação, conduzem à formação e reprodução de sistemas que dependem fundamentalmente da comunicação enquanto motor de informação. Os *videogames*, mesmo em se tratando de objetos pertencentes ao campo dos meios de comunicação de entretenimento, não estão apartados, em sua autopoiese sistêmica, de um diálogo construtivo com o entorno através de seletividade e acesso a outros sistemas, no que lidam com a complexidade de possíveis do mundo com vistas à redução dessa complexidade — aumentando em simultâneo o universo do complexo pelas mesmas informações redutivas que articula.





CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Em minha tese de doutorado intitulada “Cidades em singleplayer: a vida social da metrópole na realidade sistêmica de *Watch_Dogs*”, da qual este ensaio se constitui como um excerto, minha preocupação de estudo se voltou para as possibilidades actanciais do objeto jogo eletrônico. A unidade diferencial do game *Watch_Dogs*, portanto, foi observada por acoplamento estrutural entre o subsistema dos jogos eletrônicos e o subsistema da cidade, pertencentes, ademais, ao grande sistema social da sociedade.

A própria cidade, dotada de realidade sistêmica, é uma construção e produto de diferenciação ao longo da história. Essa relatividade parcimoniosa da teoria estabelece simetria entre os subsistemas da cidade e dos jogos eletrônicos enquanto fontes de incerteza em relação à determinação *real* de seus elementos constituintes, mas, sobretudo, permite observá-los enquanto observações que são do mundo, conferindo-lhes, à cidade, uma presunção de *ficcionalidade*, e ao jogo, aspectos de *realidade*. Resultado: há mais cidades depois da redução empreendida por *Watch_Dogs* e mais elementos para a construção de jogos de ação ambientados em cidades contemporâneas a partir dos movimentos imprevistos que traduzem a univocidade das diferenciações oriundas da vida social. Se tudo o que é comunicação é também sociedade (LUHMANN, 2000; 2006), pressupõe-se que o jogo atua igualmente na construção, que é sociotécnica, da realidade social, porém não enquanto meramente não humano, artefato *puramente* técnico, tolhido, por uma tal classificação, de sua semi-humanidade — dos traços humanos que conferiram à dinâmica autopoiética de sua autorreprodução o fundamento da sua realidade sociotécnica.

As observações do jogo eletrônico são observações semi-humanas, misto das determinações autorreferenciais da máquina e de composições heterorreferenciais dos humanos desenvolvedores, encapsulados pela operatividade algorítmica do sistema. A comprovação empírica dessa influência da realidade ficcional do subsistema dos jogos eletrônicos sobre a realidade real, e vice-versa, necessita da compreensão dos elementos heterorreferenciais próprios ao subsistema da cidade, o que o faremos no próximo volume desse trabalho, a fim de determinar quais as informações do jogo que se aproximam da realidade real das questões colocadas em torno das cidades pelas teorias do urbano.

Elencamos, portanto, as principais controvérsias encontradas diante do embate teórico entre Bruno Latour e Niklas Luhmann no que tange à ação dos objetos sociotécnicos: (1) O objeto em si perfaz redes de relações, formadas por variados agregados, tanto sociais quanto técnicos, não podendo prescindir de interpretação por parte do analista; (2) Não humanos, mesmo quando isolados da relação, agen-

ciam; (3) Intermediários, depois de experimentados como mediadores, deixam de ser intermediários puros quando em isolamento; (4) O ator é híbrido mesmo quando a rede é desfeita; (5) A ação de fazer alguma coisa deve ser relativizada.

Dessa forma, cada vez mais nos deparamos com redes sistêmicas de atuação das coisas em pleno desenvolvimento e evolução, as quais podem ser vistas como constituintes legítimos da realidade do mundo social. Ou seja, os objetos, já há algum tempo, assumem posição de protagonismo em ações ditas sociais nos mais variados setores da sociedade, sendo, inclusive, confundidos naturalmente com agências humanas, tamanho o grau de pervasividade desses produtos.

REFERÊNCIAS

ABATH, Daniel; CARVALHO, Nadja. **O social no singleplayer**: marcas do cotidiano no espaço de games de ação. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Para uma sociologia da ciência**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2004.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da comunicação visual**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

DI FELICE, Massimo. **Paisagens pós-urbanas**: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

_____. **Sociologia e filosofia**. Tradução Paulo J. B. San Martin. São Paulo: Ícone, 1994.

_____. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico**. Tradução Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Tradução Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Trajetória acadêmica e pensamento sociológico. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: FEUSP, p. 315-321, 2004.

LATOURE, Bruno. **The pasteurization of France**. Translated by Alan Sheridan and John Law. Cambridge: Harvard University Press, 1988a.

_____. The enlightenment without the critique: a word on Michel Serres' philosophy. In: GRIFFITHS, A. Phillips (Ed.). **Contemporary french philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988b.

_____. One more turn after the social turn: easing science studies into the non-modern world. In: MCMULLIN, Ernan (Ed.). **The social dimension of science**. Notre Dame: Indiana University of Notre Dame Press, 1992.

_____. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Tradução Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

_____. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. The promises of constructivism. In: IDHE, Don; SELINGER, Evan (Eds.). **Chasing technoscience: matrix for materiality**. Indianapolis: Indiana University Press, 2003.

_____. "What's the story?". Organizing as a mode of existence. In: PASSOTH, Jan-Hendrik; PEUKER, Birgit; SCHILLMEIER, Michael (Eds.). **Agency without actors? New approaches to collective action**. London: Routledge, 2011.

_____. **Reagregando o social**. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: Edusc, 2012.

LAW, John. Heterogeneous engineering and tinkering. 14, nov. 2011. Disponível em: <www.heterogeneities.net/publications/Law2011HeterogeneousEngineeringAndTinkering.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LUHMANN, Niklas. A improbabilidade da comunicação. In: LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Editora Vega, 1992. p. 39-63.

_____. Speaking and silence. Translated by Kerstin Behnke. **New German Critique** [online], n. 61, p. 25-37, 1994. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/488619>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

_____. **La realidad de los medios de masas**. Traducción y prólogo de Javier Torres Nafarrate. Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Iberoamericana, 2000.

_____. Iluminismo sociológico. In: SANTOS, José Manuel (Org.). **O pensamento de Niklas Luhmann**. Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior, 2005a. p. 19-70.

_____. Sociologia como teoria dos sistemas sociais. In: SANTOS, José Manuel (Org.). **O pensamento de Niklas Luhmann**. Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior, 2005b. p. 71-119.

_____. **La sociedad de la sociedad**. Traducción: Javier Torres Nafarrate. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2006.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova** [online], 2004, n.61, p.139-155. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun. 2013.

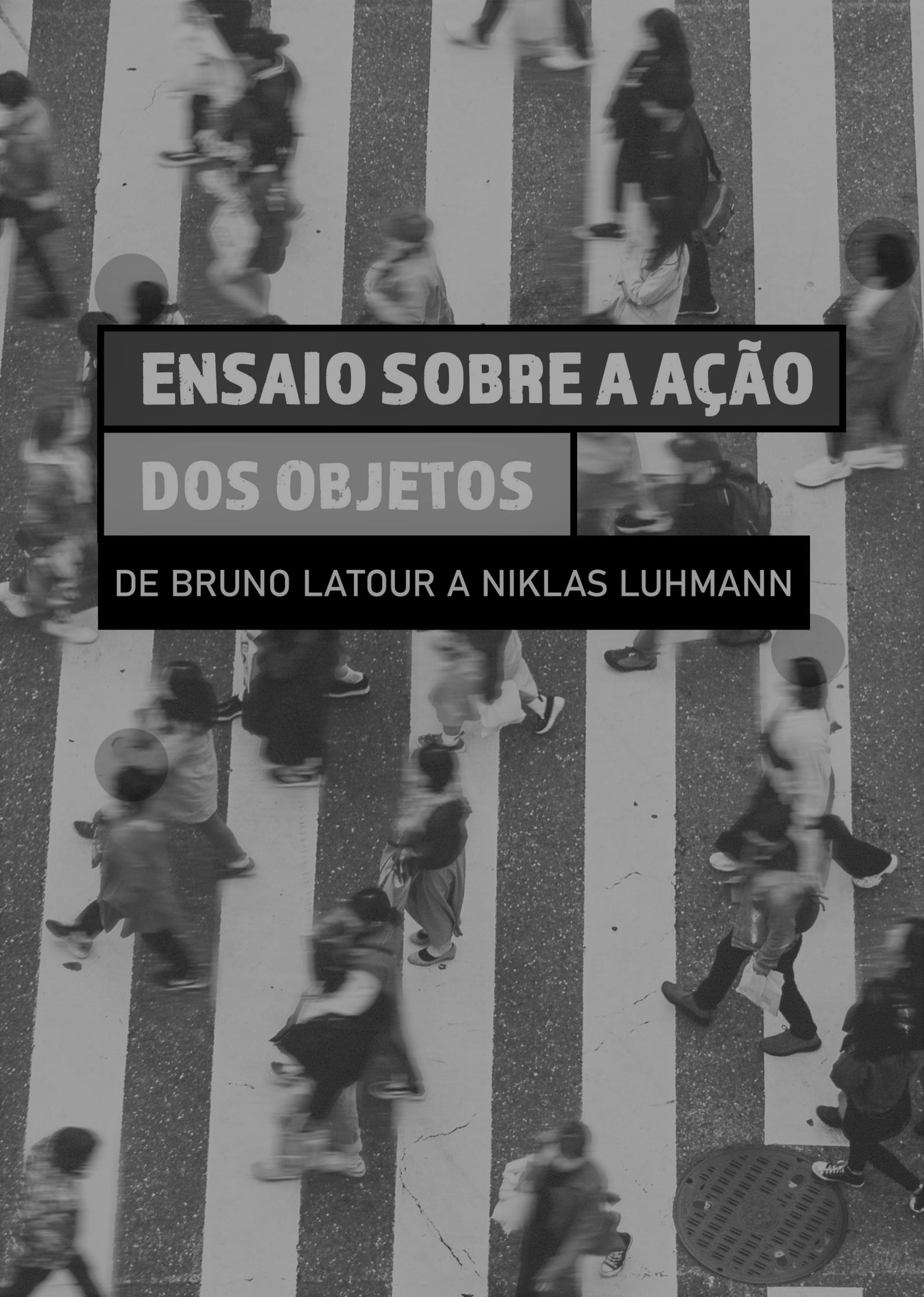
TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

ÍNDICE REMISSIVO

- A
- Ação 16, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 33, 34, 36,
41, 52, 56, 60, 61, 62
- Atores 12, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 34, 36
- B
- Bourdieu 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 50
- C
- Campo 12, 19, 20, 21, 25, 32, 33, 34, 35, 37, 54,
55, 56, 57
- Ciência 12, 16, 17, 20, 25, 26, 27, 34, 35, 36, 37,
41, 50, 62
- Comunicação 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51,
52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63
- Construção 13, 16, 17, 20, 21, 26, 31, 35, 36, 44,
51, 52, 54, 56, 57, 60
- H
- Humanos 12, 13, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 34, 35, 36,
41, 46, 60
- I
- Informação 27, 40, 42, 43, 47, 51, 53, 54, 55, 57
- J
- Jogo 12, 23, 24, 25, 33, 35, 42, 51, 54, 55, 57, 60
- M
- Mundo 5, 12, 17, 18, 21, 23, 24, 26, 30, 32, 34, 40,
42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 55, 57, 60, 61
- O
- Objeto 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 34, 37, 40,
46, 50, 55, 56, 57, 60
- Objetos 12, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 32, 36,
41, 49, 52, 55, 56, 57, 60, 61
- Observação 20, 30, 33, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 50,
52, 55, 57
- R
- Realidade 13, 16, 17, 19, 21, 27, 36, 40, 42, 47, 50,
51, 52, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 63
- Relações 12, 20, 23, 24, 26, 27, 32, 33, 35, 41, 42,
45, 46, 50, 52, 60
- S
- Sistema 30, 31, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49,
50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 60
- Sociais 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 30,
32, 33, 34, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 49,
50, 52, 55, 60, 61, 64
- Social 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27,
30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 46,
48, 49, 52, 55, 56, 60, 61, 62, 63
- Sociedade 12, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30,
32, 37, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 52,
53, 56, 60, 61
- Sociologia 12, 17, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 30, 32, 33,
34, 35, 37, 41, 62
- T
- Teoria 12, 16, 19, 21, 22, 23, 26, 30, 31, 32, 33, 40,
41, 42, 45, 46, 50, 52, 53, 57, 60, 62, 64
- Tradução 16, 17, 18, 20, 21, 26, 37, 40, 41, 44, 46,
48, 51, 52, 53, 54, 55, 56
- V
- Vida 12, 19, 25, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 46, 49, 54,
60, 62, 63

SOBRE O AUTOR

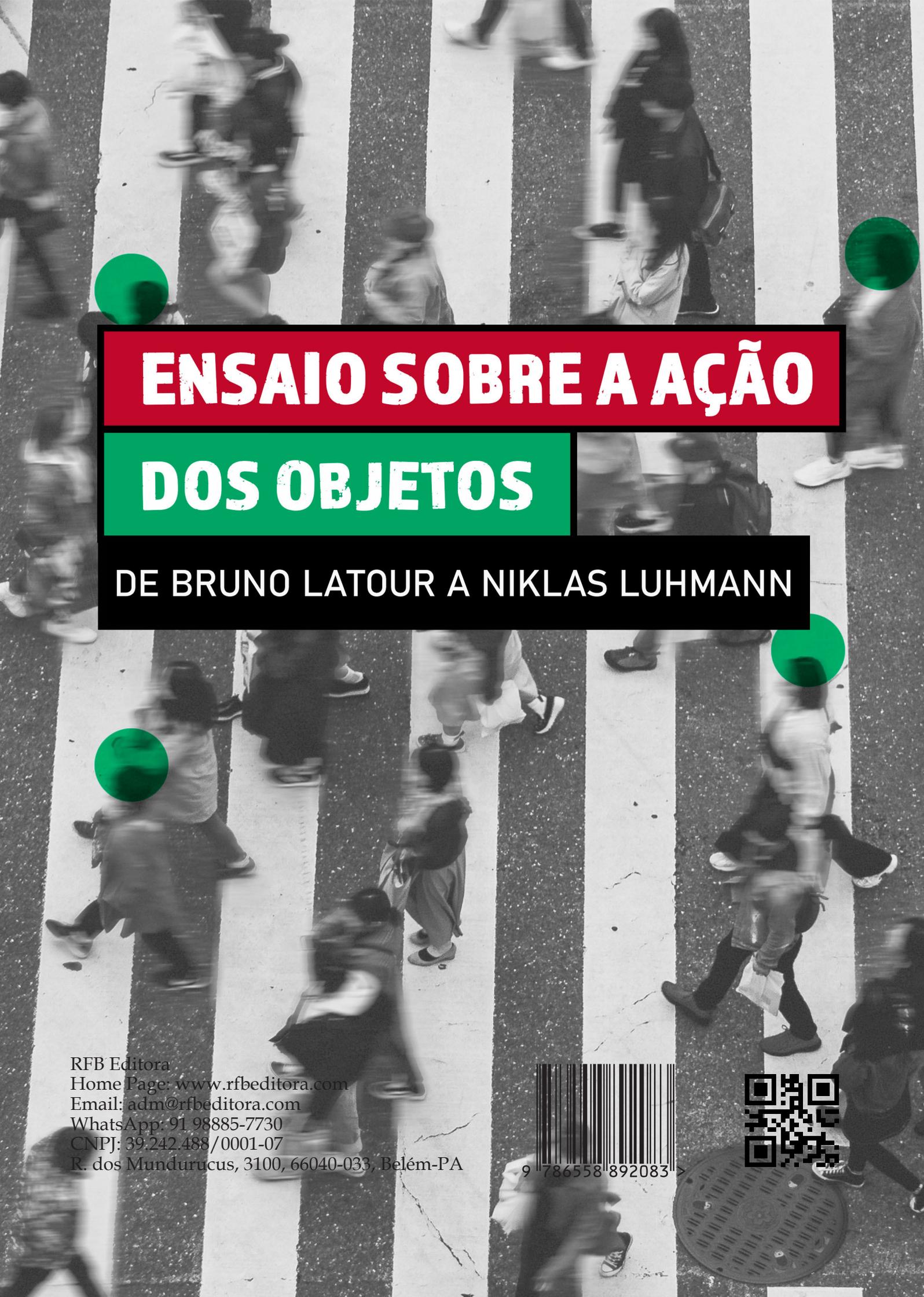
Daniel Abath é Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB), onde defendeu a tese “Cidades em singleplayer: a vida social da metrópole na realidade sistêmica de Watch_Dogs”. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFPB. É autor do livro *O social no singleplayer*. Como pesquisador, dedica-se ao estudo dos jogos eletrônicos em intersecção com as áreas de Sociologia e Comunicação.



ENSAIO SOBRE A AÇÃO

DOS OBJETOS

DE BRUNO LATOUR A NIKLAS LUHMANN



ENSAIO SOBRE A AÇÃO

DOS OBJETOS

DE BRUNO LATOUR A NIKLAS LUHMANN

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
R. dos Mundurucus, 3100, 66040-033, Belém-PA



9 786558 892083

